

**Relatório do Conselho de Administração à
Assembleia-Geral Ordinária de 22 de maio de 2017
RCI Banque**

Estimados acionistas,

Convocámos-vos para esta Assembleia-Geral Ordinária em conformidade com os estatutos e com o disposto no Código do Comércio francês para vos prestar contas da atividade da Sociedade no exercício transato, para submeter à vossa aprovação as contas anuais e as contas consolidadas com fecho em 31 de dezembro de 2016 e para que vos pronuncieis sobre a aplicação dos resultados da Sociedade e sobre a ratificação da nomeação por cooptação de um novo administrador.

1. RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

Factos relevantes do RCI Banque

Com um número recorde de 1.563.954 processos de financiamento no final de 2016, ou seja, mais 12,5% do que em 2015, o RCI Banque confirma a sua trajetória de crescimento rentável, ao mesmo tempo que reforça a sua estratégia de acompanhamento comercial das marcas da Aliança.

CONTINUAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO INTERNACIONAL

O desenvolvimento internacional continua a ser uma importante alavanca na estratégia do grupo RCI Banque, nomeadamente no acompanhamento das marcas na sua própria expansão geográfica.

Assim, na Colômbia, o ano de 2016 ficou assinalado pelo lançamento de uma atividade de financiamento própria. O arranque operacional da filial teve lugar em agosto de 2016, tendo sido realizados mais de 18.000 processos de financiamento de veículos novos.

Na Índia, o sucesso comercial do Renault Kwid lançado no final 2015 traduziu-se por um crescimento significativo da atividade do RCI Banque, com mais de 22.000 novos processos de financiamento.

De notar que, apesar de um recuo dos seus principais mercados emergentes, a parte da atividade fora da Europa do RCI Banque ainda representa cerca de um quarto do número de processos de financiamento de veículos novos (23% em 2016, contra 26% em 2015).

DESENVOLVIMENTO DE NOVAS ATIVIDADES

A angariação de depósitos de clientes, que já está a ser implementada em 4 países europeus (França, Alemanha, Áustria e Reino Unido), constitui uma das principais alavancas de refinanciamento do RCI Banque. No final de dezembro de 2016, o montante total dos depósitos angariados atingia 12,6 mil milhões €, ou seja, 33% do ativo líquido do Grupo no final¹ de 2016. Assim, em linha com a sua estratégia, o RCI Banque ultrapassou o objetivo que tinha fixado para 2016.

Posicionando-se como operador de serviços da Aliança no aluguer de baterias de veículos elétricos em 23 países, o RCI Banque detinha, no final de 2016, um parque de 97.202 baterias. Deste modo, o RCI Banque intervém financiando o conjunto do parque de baterias de veículos elétricos dos construtores da Aliança. De notar que, a partir de outubro de 2016, o ZOE é equipado com a nova bateria Z.E.40, que lhe confere a autonomia recorde de 400 km NEDC, a maior em veículos elétricos para o grande público.

Finalmente, em 22 de junho de 2016, o RCI Banque adquiriu uma participação minoritária na sociedade Bulb Software Ltd, a qual propõe uma solução inovadora na gestão de equipamentos e veículos profissionais que permite fazer um acompanhamento simplificado e completo da utilização e de todos os custos associados. Este investimento inscreve-se na estratégia do RCI Banque de propor aos seus clientes particulares e profissionais serviços inovadores e acessíveis que facilitem a utilização do automóvel.

Atividade comercial do RCI Banque

Em 2016, o RCI Banque financiou **1.563.954 processos**, ou seja, mais 12,5% do que em 2015. Este bom nível de desempenho assentou no crescimento do mercado automóvel, nomeadamente na Europa, onde a progressão das vendas de veículos novos compensou o recuo registado no Brasil e na Rússia, e no aumento das quotas de mercado das marcas da Aliança.

A **Taxa de Intervenção de Financiamentos** do Grupo registou uma subida de 0,7 pp relativamente a 2015, atingindo os 37,7%. Excluindo a Turquia, a Rússia e a Índia (consolidação das sociedades pelo método da equivalência patrimonial), esta taxa ascende a 41,0% contra 40,0% no final de dezembro de 2015.

Neste contexto, os **Novos Financiamentos** (excluindo cartões e créditos pessoais) subiram em todas as marcas da Aliança, atingindo 17,9 mil milhões € (+14,9% relativamente a 2015).

O **Crédito Produtivo Médio** ascendeu a 33,3 mil milhões €, o que traduz um aumento de 16,3% relativamente a 2015. Deste montante, 25,2 mil milhões € estão diretamente associados à atividade 'Clientes' (uma subida de 16,0%).

Pilar da estratégia do grupo RCI Banque, a atividade 'Serviços' contribui para a satisfação e a fidelização dos clientes das marcas da Aliança apoiando-se em dois grandes eixos: diversificação rentável da oferta de produtos e expansão internacional. Esta atividade prosseguiu o seu desenvolvimento em 2016, registando um aumento de 19,8% no volume de contratos, o qual atingiu mais de 3,4 milhões de contratos (dos quais 63% relativos a serviços associados a veículos). Deste modo, a **Taxa de Intervenção de Serviços** ultrapassou o limiar dos 100%, atingindo 100,3% no final de 2016 (+8,8 pp relativamente a 2015).

O **Ativo Líquido no final¹** de 2016 ascendia a 38,3 mil milhões € contra 31,8 mil milhões € em 2015.

¹ Ativo líquido no final de = crédito líquido total + operações de aluguer operacional líquidas de amortizações e de provisões

DESEMPENHO COMERCIAL POR REGIÃO

No plano geográfico, o RCI Banque beneficiou das condições favoráveis do mercado automóvel, nomeadamente na Europa, assim como do dinamismo comercial das marcas da Aliança graças ao sucesso dos novos modelos.

Na **Região Europa**, registou-se um aumento do número de processos de financiamento de veículos novos (+12,6% num ano). A taxa de intervenção de financiamentos da Região aumentou 1,3 pp relativamente a 2015, atingindo os 41,5%.

Na **Região Ásia-Pacífico**, mais de 50% dos veículos novos vendidos pela Renault Samsung Motors são financiados pelo RCI Banque, o qual beneficiou do bom desempenho comercial do Construtor. A taxa de intervenção de financiamentos ascendeu a 52,3%, um ligeiro recuo de 1,0 pp.

A **Região Américas** continua a ser afetada pela queda do mercado automóvel brasileiro, que acusa um recuo de 19,8% relativamente a 2015. Sustentada pelo desempenho comercial na Argentina, a taxa de intervenção de financiamentos da Região permanece a um nível elevado (37,7%), apesar do recuo de 1,3 pp relativamente a dezembro de 2015.

A **Região África-Médio Oriente-Índia** registou uma taxa de intervenção de 18,2%, o que representa um ganho de 1,8 pp em relação ao ano transato. De notar que, na Índia, a implementação da atividade 'Financiamento' a partir de 2015 se traduziu por uma progressão anual da taxa de intervenção de 5,9 pp para 12,6%.

Na **Região Eurásia**, a taxa de intervenção subiu 0,5 pp, atingindo os 24,7%. Na Rússia, num contexto de recuo das vendas de automóveis, a taxa de intervenção ganhou 2,9 pp, retornando, assim, a um nível pré-crise (26,9%). Na Turquia, a taxa de intervenção ascendeu a 22,1% (recuo de 3,8 pp) num mercado automóvel em crescimento.

DESEMPENHO COMERCIAL POR MARCA

No **perímetro Renault**, a taxa de intervenção do grupo RCI Banque ascendeu a 37,8%, traduzindo um aumento de 0,4 pp relativamente a 2015. **Os novos financiamentos cifraram-se em 10,6 mil milhões €** em 2016 contra 9,0 mil milhões € em 2015, ou seja, um crescimento de 17,0%.

No **perímetro Dacia**, a taxa de intervenção do grupo RCI Banque em 2016 ascendeu a 40,5%, um ligeiro recuo de 0,5 pp relativamente a 2015. **Os novos financiamentos cifraram-se em 2,0 mil milhões €** em 2016 contra 1,8 mil milhões € em 2015, ou seja, um crescimento de 13,2%. De notar que, no perímetro RCI com exclusão das filiais consolidadas pelo método da equivalência patrimonial (Rússia, Turquia e Índia), a taxa de intervenção da marca Dacia atingiu 41,9%, o que traduz um aumento de 0,2% relativamente a 2015.

No **perímetro Renault Samsung Motors**, a taxa de intervenção do grupo RCI Banque ascendeu a 52,9%, um recuo de 1,4 pp relativamente a 2015. **Os novos financiamentos cifraram-se em 0,9 mil milhões €** em 2016 contra 0,7 mil milhões € em 2015, ou seja, um crescimento de 25,3%.

No **perímetro Nissan**, a taxa de intervenção do grupo RCI Banque em 2016 ascendeu a 35,0%, um aumento de 1,9 pp relativamente a 2015. **Os novos financiamentos cifraram-se em 4,1 mil milhões €** em 2016 contra 3,9 mil milhões € em 2015, ou seja, um crescimento de 5,7%.

No **perímetro Infiniti**, a taxa de intervenção do grupo RCI Banque em 2016 ascendeu a 27,1%, uma descida de 1,4 pp relativamente a 2015. Esta descida está associada ao recuo da taxa de intervenção na Rússia (de 18,4% em 2015 para 15,1% em 2016). **Os novos financiamentos cifraram-se em 0,14 mil milhões €** em 2016 contra 0,07 mil milhões € em 2015, ou seja, uma progressão de 95,1%.

No **perímetro Datsun**, o grupo RCI Banque registou, em 2016, uma taxa de intervenção de 18,6%, o que traduz um recuo de 0,8 pp relativamente a 2015.

Resultados financeiros do grupo RCI Banque

Nos termos do regulamento n.º 1606/2002 aprovado em 19 de julho de 2002 pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho Europeu, as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo RCI Banque relativas ao exercício de 2016 foram elaboradas em conformidade com as normas IFRS (*International Financial Reporting Standards*) publicadas pelo IASB (*International Accounting Standards Board*) em 31 de dezembro de 2015 e conforme adotadas na União Europeia à data de fecho das contas.

O conjunto das informações sobre a aplicação das normas IFRS consta do anexo às contas consolidadas.

O resultado antes de impostos do grupo RCI Banque no final de 2016 ascende a 912 milhões €, ou seja, um aumento de 68 milhões € (+8,1%) relativamente a 2015.

Em detalhe, a evolução do resultado explica-se pelos elementos seguintes:

- O crédito produtivo médio atingiu 33,3 mil milhões € (+16,3% relativamente a 2015). Esta evolução foi repartida entre a atividade 'Clientes' com +16,0% e a atividade 'Redes' com +17,3%.
- O Produto Líquido Bancário (PLB) aumentou 8,1% relativamente a 2015, fixando-se em 1.472 mil milhões €. Esta progressão explica-se, principalmente, pelo crescimento do crédito produtivo médio e pelo aumento da margem nos serviços (+5,3%), os quais contribuem, presentemente, para perto de um terço do PLB.
- O custo do risco total (risco de país incluído) mantém-se bem controlado à altura de 0,31% do crédito produtivo médio, contra 0,33% no final de 2015. O custo do risco 'Clientes' melhorou sensivelmente, passando de 0,39% do crédito produtivo médio para 0,33% no final de 2016. O custo do risco 'Redes' registou um ligeiro aumento para 0,21% do crédito produtivo médio no final de 2016.
- Os custos operacionais atingiram 463 milhões €, ou seja, 1,39% do crédito produtivo médio, o que representa uma descida de perto de 10 pp relativamente a 2015. O rácio de eficiência (31,4%) é um testemunho da capacidade do RCI Banque para controlar os seus custos em paralelo com o crescimento da sua atividade e a implementação dos seus projetos estratégicos.

O resultado líquido consolidado (parte dos acionistas da sociedade-mãe) ascendeu a 602 milhões € contra 539 milhões € em 2015, o que traduz uma progressão de 11,7%.

Por último, o ROE baixou ligeiramente em 2016, fixando-se em 18,2% (18,7% em 2015).

Apoiado na sua dinâmica de crescimento comercial, o RCI Banque demonstra a sua capacidade para manter um elevado nível de rentabilidade no quadro de uma sólida política de controlo do risco.

Refinanciamento

Os *spreads* das obrigações emitidas pelo RCI Banque tiveram uma evolução irregular em 2016. Após um alargamento brutal, em princípios de janeiro, com as atenções dos investidores a centrarem-se nas emissões poluentes do setor automóvel, teve lugar uma fase de estreitamento que se acentuou

claramente com o anúncio do programa de compra de obrigações privadas por parte do BCE. Durante o verão, os *spreads* situaram-se a níveis equiparáveis aos do final do 1.º semestre de 2015 e próximos dos mínimos históricos. Durante o outono, os *spreads* foram aumentando, até 8 de dezembro, data em que o BCE anunciou que o seu programa de compra de obrigações se iria prolongar até ao final de 2017.

Em 2016, o RCI Banque lançou cinco emissões obrigacionistas destinadas ao grande público num valor total de 3.350 milhões €: a primeira no montante de 500 milhões € a 3 anos com cupão variável e as seguintes nos montantes de 600 milhões € a 7 anos, 750 milhões € a 3 anos, 750 milhões € a 7 anos e 750 milhões € a 5 anos, todas a taxa fixa. O sucesso das duas emissões a 7 anos, um prazo longo utilizado pela primeira vez em 2014, permitiu diversificar a base de investidores e veio demonstrar a confiança dos mesmos na solidez da empresa.

Paralelamente, foram efetuadas várias emissões privadas com prazos entre 2 e 3 anos num montante total de 1,1 mil milhões €. Além disso, o RCI Banque lançou uma operação pública de titularização dirigida aos créditos automóveis alemães, dos quais 500 milhões € foram colocados junto de investidores. Esta operação veio substituir uma outra datada de dezembro de 2013, que se encontra em fase de amortização desde o final de 2014.

Esta alternância de prazos, tipos de cupão e formatos de emissão inscreve-se na estratégia de diversificação das fontes de financiamento que o grupo tem vindo a seguir desde há vários anos e que permite visar o maior número possível de investidores.

Fora da Europa, as entidades do grupo no Brasil, Coreia do Sul, Marrocos e Argentina também recorreram aos respetivos mercados obrigacionistas internos.

Em 31 de dezembro, os depósitos de clientes particulares ascendiam a 12,6 mil milhões € (+2,3 mil milhões € do que em 2015), representando, desde modo, 33% do ativo líquido no final de 2016, o que corresponde ao objetivo da empresa de dispor de depósitos de clientes à altura de um terço do crédito concedido aos clientes.

Estes recursos, a que se somam no perímetro Europa, 4,1 mil milhões € em linhas de crédito bancário confirmadas e não utilizadas, 2,6 mil milhões € em colaterais elegíveis para as operações de política monetária do BCE, 1,3 mil milhões € em ativos líquidos de alta qualidade (HQLA) e, ainda, disponibilidades à altura de 300 milhões €, permitem ao RCI Banque assegurar a continuidade da concessão de crédito aos seus clientes durante mais de 10 meses sem acesso à liquidez externa.

Num ambiente complexo e volátil, a prudente política levada a cabo pelo grupo desde há vários anos mostrou ser particularmente justificada. Com efeito, permite proteger a margem comercial de cada entidade ao mesmo tempo que garante a segurança do refinanciamento das suas atividades. Esta política é definida e implementada a um nível consolidado pelo RCI Banque e aplica-se a todas as entidades de financiamento do grupo.

Riscos financeiros

O anexo "Riscos Financeiros" apresenta a organização e o controlo dos diferentes riscos financeiros com que o RCI Banque se confronta e a situação em 31/12/2016.

Eventos posteriores ao fecho das contas

Entre a data de fecho do exercício e a data de elaboração deste relatório e contas, não ocorreu qualquer evento.

Informações de natureza social e ambiental

Ver anexo.

Perspetivas para 2017

Relativamente a 2017, o RCI Banque confirma a sua ambição de crescimento da atividade tanto nos financiamentos como nos serviços

O ano de 2017 será assinalado, nomeadamente, pela continuação da conversão digital. O RCI irá desempenhar um papel central na implementação de serviços associados junto da Aliança. Será, também, uma oportunidade para enriquecer a experiência com clientes através da implementação de ofertas de car sharing, de PAYD (Pay As You Drive) e de gestão de frotas.

Este crescimento passará, também, pela continuação do controlo do custo do risco e dos custos operacionais, o que deverá permitir ao RCI Banque manter um elevado nível de rentabilidade.

2. RELATÓRIO DE GESTÃO ESTATUTÁRIO

ATIVIDADE - RESULTADOS DO RCI BANQUE EM 2016

ANÁLISE DO BALANÇO DO RCI BANQUE

Contexto

O total do balanço do RCI Banque ascende a 36,4 mil milhões € no final de 2016 contra 31,2 mil milhões € no final de 2015, o que representa um aumento de 16,6%.

Ativo

No ativo, regista-se, nomeadamente, um aumento das operações com clientes (+4,1 mil milhões €) e das obrigações e títulos de rendimento fixo (+0,7 mil milhões €).

Passivo

O passivo aumentou 5,1 mil milhões €, devido essencialmente ao aumento das operações com clientes (+2,3 mil milhões €), das dívidas tituladas (+1,5 mil milhões €) e das dívidas a instituições de crédito e bancos centrais (+0,8 mil milhões €).

A situação líquida do RCI Banque ascendia a 2.477 milhões € no final de 2016 contra 2.096 milhões € no final de 2015.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

O resultado líquido do exercício de 2016 ascendeu a 380 milhões € contra 308 milhões € em 2015, ou seja, +23,5%. De notar, nomeadamente, uma subida do Produto Líquido Bancário (+139,1 milhões €) e uma redução do custo do risco (-8,6 milhões €).

APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Propomos-vos a seguinte aplicação de resultados:

Resultado líquido do exercício de 2016	EUR	380 134 909,58
Resultado transitado	EUR	1 718 029 984,68
Saldo disponível	EUR	2 098 164 894,26
Dividendos a distribuir	EUR	0,00
Resultado a transitar de 2016	EUR	2 098 164 894,26

Propõe-se a não distribuição de dividendos sobre os resultados de 2016.

Os dividendos pagos em relação os três exercícios anteriores foram:
relativamente ao exercício de 2013 de 210 EUR por ação integralmente liberada;
relativamente ao exercício de 2014 de 150 EUR por ação integralmente liberada;
relativamente ao exercício de 2015, não teve lugar a distribuição de dividendos.

Em conformidade com o artigo L.233-13 do código de comércio francês, informamos-vos que, à data do fecho deste exercício, o capital da Sociedade era detido a 99,99% pela RENAULT S.A.S. e que o RCI detinha diretamente:

- 99,99% do capital da DIAC S.A, instituição de crédito e intermediário de seguros com o capital de 61.000.000 EUR, registada no registo comercial e das sociedades (RCS) de Bobigny sob o número 702 002 221;
- e 100% do capital da RCI Mobility S.A.S, sociedade comercial com o capital de 3.300.000 EUR, registada no registo comercial e das sociedades (RCS) de Paris sob o número 812 404 010.

Uma vez que os contratos de trabalho dos colaboradores da Sociedade são celebrados com a filial DIAC, a Sociedade não é abrangida pelo artigo L.225-23 do código de comércio francês relativo à participação de trabalhadores no capital.

Em conformidade com o artigo D.441-4 do código de comércio francês, apresentamos nos quadros a seguir a decomposição – nas datas de fecho das contas 31/12/2016 e, para comparação, 31/12/2015 – do saldo das dívidas a Fornecedores por data de vencimento.

Em 31/12/2016

Dívidas a fornecedores (em EUR)	Dívidas não vencidas			Dívidas vencidas no fecho das contas	Sem prazo	Total
	1 - 30 dias	31 - 60 dias	> 60 dias			
Dívidas a fornecedores	151 067 446					151 067 446
Faturas de fornecedores por receber					138 715 871	138 715 871
Rubrica "Dívidas a fornecedores e contas associadas"	151 067 446				138 715 871	289 783 317

Em 31/12/2015

Dívidas a fornecedores (em EUR)	Dívidas não vencidas			Dívidas vencidas no fecho das contas	Sem prazo	Total
	1 - 30 dias	31 - 60 dias	> 60 dias			
Dívidas a fornecedores	129 327 338					129 327 338
Faturas de fornecedores por receber					122 384 370	122 384 370
Rubrica "Dívidas a fornecedores e contas associadas"	129 327 338				122 384 370	251 711 708

Em conformidade com o artigo L.225-102-1 do Código de Comércio francês, apresentamos em anexo ao presente relatório a lista de todos os mandatos e funções desempenhados em qualquer sociedade por cada um dos mandatários sociais desta Sociedade assim como as remunerações e benefícios de toda e qualquer natureza por estes recebidos durante o exercício.

O Conselho de Administração examinou a situação dos mandatos dos administradores e constatou que nenhum dos mesmos chegou ao seu termo.

Os Revisores Oficiais de Contas da Sociedade apresentam-vos, em conformidade com as disposições legais em vigor, os seus relatórios sobre as operações da Sociedade (contas anuais e contas consolidadas) assim como os seus relatórios especiais elaborados nos termos dos artigos L225-40 (convenções) e L225-235 al. 5 (relatório do Presidente).

Durante o exercício transato, não foi celebrada, por um dirigente ou acionista significativo da Sociedade, qualquer convenção com uma filial. A esse respeito e conforme a Portaria n°2014-863 de 31 de julho de 2014, o Conselho de Administração precisa que as convenções celebradas com a sociedade-mãe ou com as filiais da Sociedade detidas, direta ou indiretamente, à altura de 100% passam a ser excluídas do campo de aplicação do controlo das convenções regulamentadas.

Depois de terem tomado conhecimento dos documentos de prestação de contas que vos são apresentados, acompanhados dos respetivos comentários, assim como dos relatórios dos Revisores Oficiais de Contas da Sociedade, competir-vos-á deliberar sobre as questões incluídas na ordem de trabalhos:

- relatório do Conselho sobre a gestão do Grupo;
- relatório do Presidente do Conselho de Administração sobre o funcionamento do Conselho e o Controlo Interno;
- relatório geral dos Revisores Oficiais de Contas sobre as contas consolidadas;
- relatório geral dos Revisores Oficiais de Contas sobre as contas da Sociedade;
- relatórios especiais dos Revisores Oficiais de Contas sobre as convenções e sobre o relatório do Presidente;
- aprovação das contas consolidadas e das contas da Sociedade de 2016;
- aplicação dos resultados e determinação dos dividendos;
- ausência de convenções regulamentadas;
- ratificação da nomeação por cooptação de um novo administrador (I.Landrot)
- aprovação da gestão dos administradores no exercício transato;
- procurações para efeitos de cumprimento das formalidades.

O Conselho de Administração

Anexo

Resultado financeiro dos últimos cinco exercícios

Ano	2012	2013	2014	2015	2016
Capital no final do exercício (em milhares de €)					
Capital social	100 000	100 000	100 000	100 000	100 000
Número de ações ordinárias emitidas	1 000 000	1 000 000	1 000 000	1 000 000	1 000 000
Operações e resultados do exercício (em milhares de €)					
Produto líquido bancário	763 330	617 228	629 886	680 221	819 356
Lucros antes de impostos, amortizações e provisões	792 906	796 155	648 783	696 464	897 249
Imposto sobre os lucros	(93 669)	(76 108)	(70 802)	(96 044)	(114 495)
Lucros depois de impostos, amortizações e provisões	440 587	395 130	294 031	307 830	380 135
Resultados distribuídos	275 000	210 000	150 000		
Resultado por ação (em €)					
Lucros depois de impostos e antes de amortizações e provisões	699,24	720,05	577,98	600,42	782,75
Lucros depois de impostos, amortizações e provisões	440,59	395,13	294,03	307,83	380,14
Resultados distribuídos por ação	275,00	210,00	150,00		
Pessoal					
Quadro médio do exercício	780	830	872	867	858
Massa salarial do exercício (em milhares de €)	45 190	45 237	46 251	49 994	53 079
Benefícios sociais do exercício (em milhares de €)	19 414	17 919	17 152	16 843	16 253



RCI BANQUE

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2016

ÍNDICE

BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS.....	3
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	5
1. EVENTOS SIGNIFICATIVOS RELATIVOS AO EXERCÍCIO	5
2. REGRAS E MÉTODOS CONTABILÍSTICOS.....	5
A) <i>Evolução dos princípios valorimétricos e de apresentação das contas</i>	5
B) <i>Créditos sobre clientes</i>	6
C) <i>Operações de leasing e de locação financeira</i>	8
D) <i>Operações de aluguer simples</i>	8
E) <i>Títulos de participação, participações em empresas associadas e outros títulos detidos a longo prazo</i>	8
F) <i>Dívida pública e títulos similares, obrigações, ações e outros títulos de rendimento fixo ou variável</i>	9
G) <i>Ativos tangíveis e intangíveis</i>	10
H) <i>Empréstimos obtidos</i>	10
I) <i>Provisões</i>	10
J) <i>Conversão dos elementos em divisas</i>	11
K) <i>Instrumentos financeiros cambiais e de taxas</i>	11
L) <i>Informações relativas ao risco de contraparte em produtos derivados</i>	12
M) <i>Setores operacionais</i>	12
N) <i>Implantação por zonas geográficas</i>	13
O) <i>Empresas associadas</i>	13
P) <i>Consolidação</i>	13
3. EVENTOS POSTERIORES AO FECHO DAS CONTAS.....	13
4. ADAPTAÇÃO AO ENQUADRAMENTO ECONÓMICO E FINANCEIRO	13
5. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	16
MAPA DAS FILIAIS E DAS EMPRESAS PARTICIPADAS.....	40

BALANÇO

ACTIVO - em milhares de euros	Notas	12/2016	12/2015
Caixa, bancos centrais e CCP	1	956 038	1 874 262
Dívida pública e títulos similares	2	309 710	250 462
Créditos sobre instituições de crédito	3	13 327 951	12 148 990
Operações com clientes	4	13 495 230	9 742 699
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	5	5 652 593	4 952 751
Acções e outros títulos de rendimento variável		108 392	101 813
Outros títulos detidos a longo prazo	6	1	1
Participações e participações em empresas associadas	7	916 131	923 210
Leasing e aluguer com opção de compra	8	1 065 070	705 021
Aluguer simples	9	100 343	72 098
Activos intangíveis	10	756	197
Activos tangíveis	11	4 068	3 516
Outros activos	12	179 151	77 092
Contas de regularização	13	301 275	367 516
TOTAL DO ACTIVO		36 416 709	31 219 628

PASSIVO - em milhares de euros	Notas	12/2016	12/2015
Bancos centrais e CCP		18	2
Dívidas a instituições de crédito	14	5 562 511	4 716 516
Operações com clientes	15	13 690 768	11 393 775
Dívidas tituladas	16	14 010 123	12 523 300
Outros rubricas de passivo	17	364 930	309 401
Contas de regularização	18	216 556	115 021
Provisões	19	95 141	65 086
<u>Capitais Próprios</u>		2 476 662	2 096 527
Capital subscrito	20	100 000	100 000
Prémios de emissão e de fusão	20	258 807	258 807
Reservas	20	19 614	19 614
Diferenças de reavaliação	20	76	76
Resultados transitados	20	1 718 030	1 410 200
Resultado do exercício	20	380 135	307 830
TOTAL DO PASSIVO		36 416 709	31 219 628

COMPROMISSOS EXTRA-PATRIMONIAIS

Em milhares de euros	Notas	12/2016	12/2015
<u>Compromissos assumidos</u>	21	6 761 538	6 722 793
Compromissos de financiamento		660 921	1 521 528
Garantias prestadas		638 325	543 747
Compromissos sobre títulos		2 200	2 200
Outros compromissos assumidos		5 460 092	4 655 318
<u>Compromissos recebidos</u>	22	9 381 126	8 812 966
Compromissos de financiamento		6 721 406	6 502 746
Garantias recebidas		2 659 720	2 310 220

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Em milhares de euros	Notas	12/2016	12/2015
Juros e proveitos similares	25	1 009 558	986 076
Juros e custos similares	26	(720 926)	(758 087)
Proveitos de operações de leasing e similares	27	462 890	389 424
Despesas com operações de leasing e similares	27	(401 427)	(327 233)
Proveitos de operações de locação simples	28	17 146	11 973
Despesas com operações de locação simples	28	(10 357)	(6 853)
Rendimentos de títulos de rendimento variável	29	336 735	312 588
Comissões (Proveitos)	30	34 602	29 731
Comissões (Custos)	30	(21 481)	(20 626)
Ganhos e perdas em operações de carteiras de negociação	31	223	(945)
Ganhos e perdas em operações de carteiras de investimento e similares	31	(7)	586
Outros proveitos operacionais	32	115 311	70 417
Outros custos operacionais	33	(2 911)	(6 830)
PRODUTO LÍQUIDO BANCÁRIO		819 356	680 221
Custos gerais de exploração	34	(240 045)	(209 497)
Aumento de amortizações e imparidade de activos fixos intangíveis e tangíveis		(1 304)	(1 234)
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO		578 007	469 490
Custo do risco	35	(57 516)	(66 125)
RESULTADO OPERACIONAL		520 491	403 365
Ganhos ou perdas líquidas com activos fixos	36	(25 861)	509
RESULTADO CORRENTE ANTES DE IMPOSTOS		494 630	403 874
Imposto sobre os lucros	37	(114 495)	(96 044)
RESULTADO LÍQUIDO		380 135	307 830

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. EVENTOS SIGNIFICATIVOS RELATIVOS AO EXERCÍCIO

Durante o exercício, não ocorreram eventos significativos relativamente ao perímetro das contas.

2. REGRAS E MÉTODOS CONTABILÍSTICOS

As contas anuais foram elaboradas em conformidade com o regulamento 2014-07 de 26/11/2014 relativo à elaboração e publicação das contas anuais individuais das instituições do setor bancário. Estas contas integram as contas das sucursais no estrangeiro.

A sociedade RCI Banque conta com 11 sucursais implantadas no estrangeiro:

- na Alemanha, a sucursal financia as vendas das redes Renault e Nissan;
- em Itália, a sucursal dedica-se ao financiamento de clientes e redes das marcas Renault e Nissan;
- na Argentina, a atividade da sucursal consiste no financiamento da rede;
- em Portugal, a sucursal efetua financiamentos aos clientes e às redes assim como operações de leasing;
- na Eslovénia, a sucursal financia os *stocks* de Veículos Novos e de Peças Sobressalentes dos concessionários Renault do país; a sucursal propõe uma nova atividade de Retail Crédit e Leasing;
- em Espanha, a sucursal assegura o financiamento de clientes e redes das marcas Renault e Nissan;
- na Suécia, a sucursal é responsável pela oferta de financiamentos aos concessionários e aos clientes finais da Renault na Suécia, Dinamarca, Finlândia e Noruega;
- na Áustria, a sucursal realiza financiamentos aos clientes e às redes;
- na Irlanda, a sucursal realiza financiamentos às redes;
- na Polónia, a sucursal realiza financiamentos aos clientes e às redes;
- Em Inglaterra, a sucursal angaria poupanças sob a forma de cadernetas e de depósitos a prazo.

A) Evolução dos princípios valorimétricos e de apresentação das contas

Não houve evolução significativa em termos de princípios valorimétricos ou de apresentação das contas durante o ano.

A aplicação do regulamento 2014-07 não teve reflexos nas contas do exercício.

B) Créditos sobre clientes

Princípios valorimétricos e de apresentação dos empréstimos concedidos e créditos sobre clientes

Os créditos correspondentes ao financiamento de vendas a clientes finais e ao financiamento da rede pertencem à categoria de «Empréstimos e créditos emitidos pela empresa». A este título, são inicialmente registados pelo justo valor e contabilizados pelo custo amortizado segundo o método da taxa de juro efetiva.

A taxa de juro efetiva (TJE) é a taxa de rendimento interno até ao vencimento ou, no caso dos créditos a taxa variável, até à data mais próxima de atualização da taxa. A amortização atuarial de toda e qualquer diferença entre o montante inicial do crédito e o montante deste no vencimento é calculado segundo o método da TJE.

O custo amortizado dos créditos correspondentes ao financiamento de vendas compreende, além da parte contratual do crédito, as bonificações de juro recebidas do fabricante ou da rede, as despesas de processo pagas pelos clientes e as remunerações dos angariadores de negócios. Estes diferentes elementos, que contribuem para o rendimento do crédito, são apresentados em minoração ou majoração do montante do crédito e o respetivo reconhecimento na demonstração de resultados é objeto de uma repartição atuarial segundo a TJE dos créditos a que respeitam.

Em conformidade com o CRC 2014-07 de 26/11/2014, as comissões pagas aos angariadores de negócios, bem como as bonificações recebidas, despesas de processo e outros encargos ou proveitos escalonáveis são registados no balanço, com o crédito concedido a que dizem respeito (operações com a clientela).

Na demonstração de resultados, esses mesmos elementos escalonáveis são registados no produto líquido bancário.

Identificação do risco de crédito

No Grupo RCI Banque, são atualmente utilizados diferentes sistemas de notação interna:

- uma notação de grupo para os mutuários «Rede» utilizada nas diferentes fases da relação com o mutuário (aprovação inicial, acompanhamento do risco e depreciação);
- uma notação de grupo para as contrapartes bancárias estabelecida com base em *ratings* externos e no nível dos fundos próprios de cada contraparte;
- relativamente aos mutuários «Clientes», são utilizados diferentes sistemas de pontuação consoante as filiais e os tipos de financiamento em questão.

Todo e qualquer crédito que represente um risco comprovado de não cobrança parcial ou total é classificado numa das duas seguintes categorias:

- Créditos de cobrança duvidosa: a classificação em cobrança duvidosa tem lugar, o mais tardar, quando uma prestação permanece por pagar durante mais de três meses. A classificação de um crédito em cobrança duvidosa implica a transferência para cobrança duvidosa da totalidade dos empréstimos concedidos ao cliente em questão.
- Créditos incobráveis: a identificação de crédito incobrável tem lugar assim que seja declarada a antecipação do vencimento (crédito) ou a rescisão do contrato (aluguer) devido à degradação da situação financeira da contraparte. Na ausência de antecipação do vencimento ou de rescisão, esta identificação tem lugar, o mais tardar, um ano após a classificação em cobrança duvidosa.

Tendo em conta a incidência de práticas de gestão locais diferenciadas, a antecipação do vencimento ou a rescisão não tem lugar decorrido o mesmo período de tempo nos diferentes países em que o grupo RCI Banque exerce a sua atividade. Contudo, constata-se uma certa convergência das práticas segundo grandes zonas geográficas.

- Europa do Norte: a antecipação do vencimento ou a rescisão tem lugar, em regra, 3 a 4 meses após o primeiro incumprimento.
- Europa do Sul: a antecipação do vencimento ou a rescisão tem lugar, em regra, 6 a 8 meses após o primeiro incumprimento.
- América do Sul: a antecipação do vencimento ou a rescisão tem lugar, em regra, 6 a 8 meses após o primeiro incumprimento.

As indemnizações de rescisão e os juros de mora sobre cobranças duvidosas e incobráveis são contabilizados e provisionados integralmente até ao respetivo encaixe.

A reclassificação de um crédito de cobrança duvidosa em crédito são ocorre assim que são recebidos os montantes em atraso.

Fatores de redução do risco

O grupo RCI Banque pratica de forma limitada e localizada o recurso à cessão de créditos de cobrança duvidosa.

Imparidade por risco de crédito

As imparidades por risco de crédito comprovado são constituídas para cobrir os riscos de não-cobrança dos créditos. Estas imparidades são determinadas em base individual (de forma unitária ou com base num método estatístico de avaliação dos riscos, consoante o caso) ou em base coletiva e classificadas no balanço como deduções às rubricas de ativo correspondentes.

Atividade com Clientes

Na atividade com Clientes, é aplicado o método estatístico em base individual. Este método visa estimar a perda final do crédito em cobrança duvidosa, do crédito incobrável ou do crédito com incidente de pagamento. Os créditos «Clientes» são objeto de imparidade por grupos de risco representativos dos tipos de financiamento e dos bens financiados.

Os fluxos previsionais utilizados no quadro da imparidade estatística são determinados mediante a aplicação ao montante dos créditos por ocasião do incumprimento de uma taxa de recuperação periódica em função da idade da cobrança duvidosa. Os fluxos de recuperação são projetados por um período de vários anos, na sequência do qual o último fluxo representa um montante global das recuperações além desse período. As taxas de recuperação utilizadas resultam da observação das recuperações reais distribuídas ao longo de um período de 12 meses.

A imparidade de créditos de cobrança duvidosa é calculada mediante a comparação do valor recuperável estimado, constituído por fluxos de recuperação previsionais atualizados, com o valor contabilístico dos créditos em questão. Considerando o carácter estatístico do método de avaliação dos fluxos de recuperação previsionais, o cálculo do valor recuperável estimado é efetuado não individualmente por cada crédito, mas sim coletivamente por geração de contratos.

O crédito com incidente não classificado como de cobrança duvidosa é depreciado segundo a probabilidade de passagem a cobrança duvidosa e com base numa taxa de recuperação no momento da passagem a cobrança duvidosa. Trata-se de *incurred loss*, sendo o facto comprovado constituído por uma falta de pagamento inferior a 3 meses.

Caso o método estatístico em base individual não seja pertinente, os créditos com incidente e os de cobrança duvidosa são objeto de acompanhamento unitário e a imparidade é determinada em função de uma classificação das empresas e das fases de cobrança ou de procedimento iniciadas.

Quando um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros similares é objeto de imparidade na sequência de uma desvalorização, os proveitos com juros ulteriores são contabilizados com base na taxa de juros utilizada na atualização dos cash-flows futuros de modo a avaliar tal desvalorização.

Atividade de Rede

As imparidades por riscos de crédito da atividade de Rede são calculadas em função de 3 tipos de créditos: com incidente, de cobrança duvidosa e são, cujos factos geradores e princípio de cálculo são descritas a seguir.

Os créditos não classificados como de cobrança duvidosa (com incidente ou são) são objeto de uma imparidade em base coletiva, quer de acordo com uma base estatística (histórico dos últimos três anos), que de acordo com a avaliação interna validada pelo «Comité dos Peritos de Riscos Rede Grupo» presidido pelos membros do Comité Executivo. A classificação na categoria dos créditos com incidente é gerada por factos tais como: degradação da estrutura financeira, perda de rentabilidade, irregularidade de pagamento, anomalia dos controlos de *stock*.

As imparidades por créditos de cobrança duvidosa são determinadas de forma unitária e individual em função dos créditos por produto (veículo novo, veículo usado, peças sobressalentes, cash, ...) e de acordo com uma classificação das contrapartes em estado de pré-alerta ou em estado de alerta, e após uma degradação constante e crítica dos indicadores acima referidos, pelos operacionais do Grupo RCI Banque.

Quanto aos créditos não classificados como de cobrança duvidosa e sem incidente (portanto, classificados como são), os mesmos são objeto de imparidades de forma coletiva em função dos riscos de crédito e sistémicos de cada país apreciado. Os montantes de imparidade são determinados em função das taxas técnicas e setoriais do crédito são e específicos de cada país. As imparidades dos ativos são do financiamento de Rede constituídas ou liberadas por riscos sistémicos são agrupadas na demonstração de resultados consolidada na rubrica «custo do risco de rede» das filiais em questão.

Regras de passagem a perdas

Sempre que um crédito apresente um risco comprovado desde há três anos e que nenhum elemento permita antever uma cobrança, o montante da imparidade é anulado e o valor bruto é lançado em perdas com créditos incobráveis.

Imparidade dos valores residuais

O grupo RCI Banque assegura o acompanhamento sistemático e regular dos valores de revenda dos veículos usados, de modo a poder, nomeadamente, otimizar o preço das operações de financiamento.

A determinação dos valores residuais dos contratos faz-se, na maior parte dos casos, com recurso a tabelas de cotação, que indicam, para cada categoria de veículos, um valor residual característico do binómio duração / quilometragem.

Relativamente aos contratos em que o valor de retoma dos veículos no final do contrato não se encontra garantido por uma terceira parte exterior, é constituída uma imparidade mediante uma comparação entre:

- o valor económico do contrato, nomeadamente a soma dos fluxos contratuais futuros e do valor residual reavaliados com base nas condições de mercado à data da avaliação e atualizados segundo a taxa contratual; e
- o valor contabilístico conforme conste do balanço à data da avaliação.

O valor de revenda previsional é estimado tomando, nomeadamente, em conta a evolução recente e reconhecida do mercado de veículos usados, o qual pode ser influenciado por fatores externos (situação económica ou fiscalidade) ou internos (evolução da gama ou descida de preços do fabricante).

A imparidade é calculada sem compensação de lucros eventuais.

C) Operações de *leasing* e de locação financeira

As imobilizações objeto de contratos de *leasing*, de aluguer com opção de compra e de aluguer de longa duração constam do ativo do balanço pelo respetivo custo de aquisição deduzido das amortizações aplicadas. O custo de aquisição inclui todas as despesas acessórias de aquisição incluídas no montante do refinanciamento concedido e servindo de base para a determinação das rendas.

As amortizações são determinadas linearmente em função da duração normal de utilização dos bens em questão.

Em conformidade com o regulamento CRC n.º 2014-07 de 26/11/2014, as comissões pagas aos angariadores de negócios são repartidas ao longo do período de vigência efetiva do contrato segundo um método atuarial e linear. As comissões pagas aos angariadores de negócios, bem como as bonificações recebidas, despesas de processo e outros encargos ou proveitos escalonáveis são registados no balanço, com a conta do ativo imobilizado a que dizem respeito (operações de *leasing* e similares).

Na demonstração de resultados, os mesmos elementos escalonáveis são apresentados no produto líquido bancário.

D) Operações de aluguer simples

As imobilizações que são objeto de contratos de aluguer simples são registadas no ativo do balanço pelo respetivo custo de aquisição deduzido das amortizações aplicadas. O custo de aquisição inclui todas as despesas acessórias de aquisição incluídas no montante do refinanciamento concedido e servindo de base para a determinação das rendas.

As amortizações são determinadas em função da duração normal de utilização dos bens em questão.

Os alugueres de baterias de veículos elétricos são classificados como aluguer simples. As durações de vida das baterias foram fixadas entre 8 e 10 anos consoante o tipo de veículo elétrico.

E) Títulos de participação, participações em empresas associadas e outros títulos detidos a longo prazo**Títulos de participação e participações em empresas associadas**

São integrados nesta categoria os títulos cuja posse duradoura é considerada útil à atividade da empresa, nomeadamente porque lhe permite exercer uma influência na sociedade emitente dos títulos ou garantir o domínio da

mesma.

São consideradas como «Participações em empresas associadas» os títulos de empresas suscetíveis de inclusão por integração global num mesmo conjunto consolidável. Os outros títulos incluídos nesta categoria, mas não suscetíveis de inclusão por integração global num mesmo conjunto, são classificados em «Títulos de participação».

Outros títulos detidos a longo prazo

São integrados nesta categoria os investimentos realizados sob a forma de títulos com a intenção de favorecer o desenvolvimento de relações profissionais duradouras mediante a criação de um vínculo privilegiado com a empresa emitente, embora sem influência na gestão das empresas cujos títulos são detidos devido à reduzida percentagem dos direitos de voto que os mesmos representam.

Princípios de valorização e de provisionamento

Os títulos de participação, as participações em empresas associadas e os outros títulos detidos a longo prazo constam do balanço pelo custo de aquisição ou pelo custo reavaliado em 31 de dezembro de 1976 (reavaliação legal).

Sempre que o valor de utilização seja inferior a tal custo de aquisição, são constituídas provisões por imparidade. Regra geral, o valor de utilização é determinado em função da quota-parte de ativo líquido detida e conforme calculada segundo os princípios contabilísticos aplicados à elaboração das contas consolidadas.

Os dividendos correspondentes são contabilizados no exercício em que são postos a pagamento.

F) Dívida pública e títulos similares, obrigações, ações e outros títulos de rendimento fixo ou variável

Estas rubricas integram, nos termos da regulamentação bancária francesa, os títulos mobiliários, os instrumentos de mercado interbancário, os Títulos de Tesouro e outros títulos de crédito negociáveis.

Estes títulos são classificados em três categorias:

Títulos de negociação

São títulos destinados a cedência no breve prazo. A avaliação desta carteira é feita pelo valor de mercado, incluindo os cupões a pagamento, e as diferenças de avaliação são evidenciadas na demonstração de resultados.

Títulos de investimento

Os títulos de investimento integram os títulos adquiridos com a intenção de serem detidos por um período superior a seis meses.

Estes títulos constam do balanço pelo respetivo custo de aquisição, não incluindo cupões a pagamento das obrigações. Relativamente aos títulos de rendimento fixo, as diferenças positivas ou negativas entre o custo de aquisição e o valor de reembolso (desconto ou prémio) são repartidas pela duração de vida remanescente de tais títulos. Esta repartição é evidenciada na demonstração de resultados.

São constituídas provisões por imparidade sempre que o valor de mercado de uma linha de títulos à data de encerramento do exercício seja inferior ao custo de aquisição ou ao valor contabilístico corrigido da repartição dos descontos e prémios.

Títulos de investimento a longo prazo

Os títulos de investimento integram exclusivamente os títulos de rendimento fixo adquiridos na perspetiva de conservação duradoura (em princípio até à respetiva maturidade).

Estes títulos são quer cobertos por instrumentos de taxa de juro para proteção duradoura contra o risco de taxas quer associados a financiamentos de longo prazo que permitam a sua conservação efetiva até à maturidade.

Os descontos ou prémios são repartidos pela duração de vida remanescente dos títulos.

As provisões por imparidade só são constituídas quando existir uma grande probabilidade de incumprimento por parte do emitente dos títulos.

G) Ativos tangíveis e intangíveis

As imobilizações são contabilizadas e amortizadas segundo o método por componentes. Os elementos de um conjunto mais ou menos complexo são separados segundo as suas características e vidas úteis ou da sua capacidade para proporcionar benefícios económicos segundo diferentes ritmos.

Os ativos tangíveis são avaliados pelo respetivo custo histórico de aquisição.

Os ativos tangíveis que não sejam terrenos são, em regra, objeto de amortização linear segundo os períodos de utilização estimados seguintes:

- | | |
|--------------------------------------|--------------|
| - Imóveis | 15 a 40 anos |
| - Outros ativos tangíveis | 4 a 8 anos |
| - Aplicações informáticas adquiridas | 1 a 3 anos |

H) Empréstimos obtidos

Prémios e custos de emissões de títulos e de obrigações

Os prémios e custos de emissão são amortizados ao longo do período de vida dos empréstimos e constam das contas de regularização.

Operações complexas

As operações estruturadas são em pequeno número. Em regra, estas operações estão associadas a recursos sob a forma de depósitos ou de emissões de títulos e incluem *swaps* com uma ou várias cláusulas opcionais particulares.

No quadro destas montagens, os riscos de mercado (de taxa, de câmbio) são rigorosamente neutralizados.

Os resultados destas operações são registados na demonstração de resultados numa base *prorata temporis*.

I) Provisões

Responsabilidades com pensões de reforma e similares

Quanto aos regimes de prestações definidas relativos a benefícios posteriores ao emprego, os custos das prestações são estimados com base no método das unidades de crédito projetadas. Segundo este método, os direitos à prestação são afetados aos períodos de serviço em função da fórmula de aquisição de direitos do regime e tendo em conta um efeito de linearização sempre que o ritmo de aquisição dos direitos não seja uniforme no decurso dos períodos de serviço ulteriores.

Os montantes dos pagamentos futuros correspondentes aos benefícios concedidos aos funcionários são avaliados com base em hipóteses de evolução salarial, de idade de aposentação e de mortalidade e, seguidamente, atualizados com base nas taxas de juro das obrigações de longo prazo dos emitentes de primeira linha.

Da revisão das hipóteses de cálculo resultam diferenças atuariais que são registadas em capitais próprios.

O encargo líquido do exercício, correspondente à soma do custo dos serviços prestados e do custo da desatualização deduzida da rentabilidade prevista dos ativos do regime e da repartição dos custos dos serviços passados, consta, pela totalidade, das Despesas com pessoal.

Provisões para riscos de país

As provisões para os riscos de país incidem nos empréstimos concedidos a determinadas filiais e nos títulos de investimento detidos pela sede sobre tais filiais e permitem deduzir uma percentagem destes empréstimos aos resultados do exercício. A percentagem aplicada assim como os países onde tal provisão é objeto de cálculo constam do ofício da Direção da Legislação Fiscal francesa, de 24/07/2004.

As filiais em que o RCI Banque calcula esta provisão situam-se em países de:

- Categoria I, com dedução fiscal de 5 %: Eslovénia, Hungria, Coreia, República Checa e Polónia;
- Categoria II, com dedução fiscal de 10 %: Marrocos, Roménia, Eslováquia, Croácia e Rússia.
- Categoria III, com dedução fiscal de 30%: Argentina e Brasil.

J) Conversão dos elementos em divisas

Conversão das contas das sucursais estrangeiras

As sucursais no estrangeiro são geridas como estabelecimentos autónomos. Por conseguinte, foi considerado mais pertinente traduzir as contas das sucursais no estrangeiro assim como as das filiais, nomeadamente:

- as rubricas do balanço são convertidas ao câmbio da data de encerramento do exercício;
- as rubricas da demonstração de resultados são convertidas ao câmbio médio do exercício; exceto em caso de flutuação significativa, este último é utilizado como um valor aproximado do câmbio aplicável às transações subjacentes;
- as diferenças de conversão das rubricas não patrimoniais são incluídas nas contas de regularização em "Contas de ajustamento cambial".

Operações em divisas

No fecho das contas, os saldos monetários expressos em divisas são convertidos à taxa de câmbio da data de encerramento. As diferenças cambiais constatadas nessa ocasião são contabilizadas na demonstração de resultados.

As diferenças resultantes da conversão dos títulos de participações e de filiais denominados em divisas e financiados em euros são lançadas em contas de ganhos e perdas cambiais. Nas rubricas de balanço, estas últimas são agrupadas com as contas dos títulos a que se referem.

As perdas cambiais apenas são provisionadas em caso de previsão de cessão ou resgate dos títulos no decurso do exercício seguinte. Do mesmo modo, em caso de cessão ou de reembolso, esta diferença cambial só é registada na demonstração de resultados na parte correspondente aos títulos cedidos ou reembolsados.

K) Instrumentos financeiros cambiais e de taxas

As operações com instrumentos financeiros a prazo não fechadas estão registadas nas responsabilidades extrapatrimoniais.

Instrumentos financeiros de taxas de juro transacionados em mercados de negociação direta

Trata-se, essencialmente, de operações de *swaps* de taxas de juro realizadas no quadro de uma gestão do risco global de taxas. Os proveitos e encargos relativos a estas operações de *swap* de taxas de juro são lançados na demonstração de resultados proporcionalmente ao tempo decorrido. Por outro lado, os resultados obtidos com outros instrumentos financeiros a prazo de taxas de juro, tais como os contratos de garantia de taxa (*Forward Rate Agreements*), os *caps*, os *floors* e os *collars*, são lançados na demonstração de resultados de forma repartida durante o período de vida dos elementos cobertos.

Sempre que o grupo é levado a adotar posições isoladas, os instrumentos em questão transacionados em mercados de negociação direta são avaliados segundo o método seguinte: os fluxos futuros confirmados são atualizados com base numa curva de rendimentos de cupão zero da classe de instrumentos correspondente. As cotações das curvas de rendimentos e os câmbios são obtidos diariamente e de forma automática. Apenas as menos-valias relativas a conjuntos homogêneos de contratos são objeto de provisão.

Instrumentos cambiais

Os instrumentos cambiais destinam-se essencialmente a cobrir riscos cambiais. Os resultados relativos a estas operações são tomados em conta de forma simétrica ao longo do período de vida dos elementos cobertos.

L) Informações relativas ao risco de contraparte em produtos derivados

A exposição relativa ao risco de contraparte é acompanhada de acordo com dois métodos.

O acompanhamento individualizado do risco de contraparte assenta num método forfetário interno. Aqui, também é tido em conta o risco de entrega com recurso a um método interno de notação (esta é determinada conjuntamente com o acionista Renault), o que permite associar o limite atribuído a cada contraparte a uma pontuação que reflete vários fatores de risco ponderados, nomeadamente, nível dos fundos próprios, rácio de solvabilidade financeira, notações de longo e curto prazo de agências de *rating* e apreciação qualitativa da contraparte.

O método forfetário também é utilizado para avaliar o risco global de contraparte incorrido no conjunto dos produtos derivados contratados pelo grupo RCI Banque. Este método baseia-se em coeficientes de ponderação.

Esses coeficientes de ponderação são determinados pelo tipo de instrumento (3 % ao ano nas operações denominadas numa só divisa e 12 % ao ano nos dois primeiros anos da duração de vida inicial seguidos de 4% nos anos seguintes nas operações envolvendo duas divisas) e pela duração da operação. Esses coeficientes são voluntariamente mais elevados do que os previstos pela regulamentação sobre a adequação dos fundos próprios, o que traduz uma atitude deliberadamente prudente e conservadora face às atuais condições de mercado. Não é feita compensação entre os riscos decorrentes das posições com uma mesma contraparte que se neutralizem mutuamente.

É ainda realizado um acompanhamento global segundo o método “*mark to market positif + add-on*”.

Baseia-se no método regulamentar designado por “dos grandes riscos”. Para os depósitos e os excedentes de tesouraria em conta corrente, a exposição é contabilizada com base no valor nominal. Para os produtos derivados (de taxa e cambiais), é calculada como a soma das perdas potenciais, calculadas com base no valor de substituição dos contratos realizados com a contraparte sem compensação com os ganhos potenciais, acrescida de um “*add-on*” representando o risco potencial futuro. Este risco potencial futuro é determinado pela regulamentação bancária francesa (Portaria de 20 de fevereiro de 2007 relativo às exigências de fundos próprios aplicáveis às instituições de crédito e às empresas de investimento artigo 267.º-3) da seguinte forma:

Prazo residual	Contratos sobre taxas de juro (em % do nominal)	Contratos sobre taxas de câmbio (em % do nominal)
<= 1 ano	0%	1,00%
1 ano < prazo <= 5 anos	0,50%	5,00%
> 5 anos	1,50%	7,50%

M) Setores operacionais

O RCI Banque tem por missão oferecer uma gama completa de financiamentos e serviços aos seus dois mercados de referência, designadamente os clientes finais (Grande Público e Empresas) e a rede de concessionários Renault, Nissan, Dacia e Renault Samsung Motors.

Estes dois mercados têm expectativas diferentes, pelo que exigem abordagens específicas em termos de marketing da oferta, processo de gestão, recursos informáticos e métodos comerciais e de comunicação. A organização do grupo foi estruturada numa perspetiva de perfeita coerência com estes dois mercados, com vista a reforçar o seu papel de orientação e de apoio assim como para reforçar a integração com a Renault e a Nissan, nomeadamente nos aspetos de marketing e comerciais.

Por conseguinte, a repartição por mercado foi implementada como segmentação operacional e corresponde ao eixo estratégico desenvolvido pela empresa. As informações apresentadas são elaboradas com base em relatórios internos remetidos ao Comité Executivo do Grupo, o qual constitui o «principal decisor operacional».

- A atividade de Rede abrange os financiamentos concedidos à rede de concessionários da aliança Renault-Nissan.
- A atividade de Clientes abrange o conjunto dos financiamentos e serviços associados, exceto os da atividade de Rede.
- As atividades de refinanciamento e de *holding* são agrupadas em «Outras atividades».

N) Implantação por zonas geográficas

Relativamente às rubricas de Balanço e de Demonstração de Resultados consideradas mais relevantes, é apresentada nas notas anexas uma repartição por zona geográfica de implantação (em conformidade com o 1124-51 do regulamento ANC 2014-07).

O) Empresas associadas

Quando o montante for significativo, a parte das operações entre a sociedade e as empresas associadas é apresentada nas notas anexas às demonstrações financeiras. A grande maioria das empresas associadas consiste em filiais do grupo RCI Banque. Estas transações são celebradas de acordo com as condições normais do mercado.

P) Consolidação

Desde 2005, o grupo RCI Banque elabora as suas contas consolidadas em conformidade com as normas IFRS, conforme aprovado pela União Europeia à data de elaboração das demonstrações financeiras e segundo a opção prevista em França relativamente aos grupos que apresentam contas consolidadas.

A sociedade RCI Banque é consolidada por integração global nas contas do Grupo Renault.

3. EVENTOS POSTERIORES AO FECHO DAS CONTAS

Não existem acontecimentos relevantes posteriores ao fecho das contas suscetíveis de ter um impacto significativo nas mesmas.

4. ADAPTAÇÃO AO ENQUADRAMENTO ECONÓMICO E FINANCEIRO

Num enquadramento económico que permanece complexo, o RCI Banque mantém uma política financeira prudente e reforça o seu dispositivo de gestão e controlo da liquidez.

Liquidez

O RCI Banque procura diversificar as suas fontes de acesso à liquidez. Desde o início da crise financeira, a empresa diversificou amplamente as suas fontes de financiamento. Além da base histórica de investidores obrigacionistas em euros, foram exploradas com sucesso novas zonas de distribuição. O alargamento para 7 anos dos prazos máximos de emissões em euros permitiu aceder a novos investidores interessados em duração. Por outro lado, o grupo esteve presente nos mercados obrigacionistas com emissões em várias divisas (USD, GBP, CHF, BRL, ARS, KRW, MAD, etc.), quer para financiar os ativos europeus, quer para acompanhar o desenvolvimento fora da Europa.

O recurso ao financiamento através da titularização, privada ou pública, permite também alargar a base de investidores.

Por último, o início da atividade de captação de depósitos lançada em fevereiro de 2012 e já implantada em quatro

países veio completar esta diversificação permitindo que a empresa cumpra os requisitos de liquidez impostos pelas normas Basileia III.

A gestão do risco de liquidez do RCI Banque assenta nos elementos seguintes:

- **Apetência pelo risco:** Este elemento é definido pelo Comité de Risco do Conselho de Administração.
- **Refinanciamento:** O plano de financiamento é elaborado numa perspetiva de diversificação do acesso à liquidez por produto, por moeda e por maturidade. As necessidades de financiamento são objeto de reenquadramentos regulares que permitem ajustar o plano de financiamento.
- **Reserva de liquidez:** A empresa procura dispor permanentemente de uma reserva de liquidez adequada à luz da apetência pelo risco de liquidez. A reserva de liquidez é constituída por dinheiro, ativos líquidos de alta qualidade (HQLA), ativos financeiros, ativos de garantia elegíveis para as operações de política monetária do Banco Central Europeu e linhas bancárias confirmadas. Esta reserva é objeto de revisão mensal por parte do Comité Financeiro.
- **Preços de transferência:** O refinanciamento das entidades europeias do Grupo é assegurado, fundamentalmente, pela Tesouraria do Grupo, a qual centraliza a gestão da liquidez e mutualiza os custos. Os custos de liquidez internos são objeto de revisão periódica por parte do Comité Financeiro e são utilizados pelas filiais comerciais na elaboração das suas tabelas de preços.
- **Cenários de stress:** Mensalmente, o Comité Financeiro é informado relativamente ao horizonte até ao qual a empresa pode garantir a continuidade da atividade com base na sua reserva de liquidez, isto em vários cenários de stress. Os cenários de stress incluem hipóteses de fuga de depósitos, de perda de acesso a novos financiamentos, de indisponibilidade parcial de determinados elementos da reserva de liquidez, assim como de previsões de produção de novos créditos. As hipóteses de fuga de depósitos em condições de stress são muito conservadoras e objeto de verificações a posteriori (*backtesting*) regulares.
- **Plano de contingência:** Existe um plano de contingência que permite identificar as medidas a adotar em termos de liquidez em caso de situação de stress.

Risco da atividade de crédito

A gestão da nova produção com base na probabilidade de incumprimento dada pelos sistemas de pontuação permitiu melhorar a qualidade da carteira em todos os grandes mercados.

Uma vez que as perspetivas económicas continuam incertas, foi mantida a gestão centralizada da política de aprovação implementada desde o início da crise. A regulação dos sistemas de aprovação é ajustada em função do teste de *stress* atualizado trimestralmente nos principais países e por mercado (clientes particulares e empresas). Em síntese, a qualidade da produção encontra-se em linha com os objetivos.

Numa conjuntura em permanente evolução, o RCI Banque visa manter o risco de crédito global a um nível compatível com as expectativas da comunidade financeira e com os objetivos de rentabilidade.

Rentabilidade

O RCI Banque procede regularmente à revisão dos custos de liquidez internos utilizados na elaboração das tabelas aplicáveis às operações com clientes, permitindo, assim, manter uma margem na produção de novos créditos em sintonia com os objetivos orçamentais. Do mesmo modo, a tabela aplicável aos financiamentos concedidos aos concessionários é indexada a uma taxa de base interna que reflete o custo dos fundos obtidos e das reservas de liquidez necessárias à continuidade da atividade. Este método permite manter constante a rentabilidade dessa atividade.

Governança

O acompanhamento dos indicadores de liquidez é objeto de um ponto específico na agenda de cada reunião mensal do Comité Financeiro.

Também os comités de gestão por país acompanham de forma sistemática os indicadores de risco e de margem instantânea previsional, que completam as análises habituais da rentabilidade das filiais.

Exposição ao risco de crédito não comercial

O risco de contraparte bancária resulta da aplicação dos excedentes de tesouraria investidos sob a forma de depósitos a

curto prazo e das operações de cobertura do risco de taxas juro ou de câmbios com base em produtos derivados.

Essas operações são realizadas junto de instituições bancárias de primeira linha previamente autorizadas pelo Comité de Contrapartes. Aliás, o RCI Banque dedica especial atenção à diversificação das contrapartes.

Por outro lado, com vista a cumprir os requisitos regulamentares resultantes da implementação do rácio de liquidez a 30 dias *Liquidity Coverage Ratio (LCR)*, o RCI Banque passou a investir em ativos líquidos conforme definidos no Ato Delegado da Comissão Europeia. Estes ativos líquidos são principalmente constituídos por depósitos junto do Banco Central Europeu e por títulos emitidos por Estados ou por emittentes supranacionais. A duração média desta carteira de títulos é inferior a um ano.

Além disso, o RCI Banque investiu, também, num fundo de títulos de dívida emitidos por agências europeias, por Estados e por emittentes supranacionais. A exposição média ao risco de crédito é de 6 anos com um limite de 9 anos. O fundo visa uma exposição nula ao risco de taxa com um máximo de 2 anos.

5. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nota 1 : Caixa, bancos centrais e CCP

(Em milhares de euros)

Decomposição por natureza	12/2016	12/2015
Caixa	12	21
Bancos centrais e CCP	956 026	1 874 240
Créditos associados		1
Total de caixa, bancos centrais e CCP	956 038	1 874 262

Os prazos de todas estas operações são inferiores a 3 meses.

Decomposição por zona geográfica de implantação	12/2016	12/2015
França	859 610	1 796 338
União Europeia (excepto França)	91 660	72 546
Resto do mundo	4 768	5 378
Total de caixa, bancos centrais e CCP	956 038	1 874 262

Nota 2 : Dívida pública e títulos similares

(Em milhares de euros)

Decomposição por natureza	12/2016	12/2015
Títulos de rendimento fixo	309 710	250 462
Total de dívida pública e títulos similares	309 710	250 462

Decomposição por duração residual	12/2016	12/2015
Inferior a 3 meses	169 095	90 793
De 3 a 12 meses	98 637	104 553
De 1 a 5 anos	41 978	55 116
Superior a 5 anos		
Total de dívida pública e títulos similares	309 710	250 462

Decomposição por zona geográfica de implantação	12/2016	12/2015
França	144 117	99 972
União Europeia (excepto França)	165 593	150 490
Resto do mundo		
Total de dívida pública e títulos similares	309 710	250 462

Nota 3 : Créditos sobre instituições de crédito

(Em milhares de euros)

Decomposição por natureza	12/2016	12/2015
Créditos à vista sobre instituições de crédito	214 494	342 345
Contas devedoras ordinárias	191 460	209 364
Empréstimos de muito curto prazo	22 854	132 644
Créditos associados	180	337
Créditos a prazo sobre instituições de crédito	13 113 457	11 806 645
Empréstimos de participação ou subordinados	1 800	3 800
Contas e empréstimos a prazo	13 046 381	11 725 919
Créditos associados	65 276	76 926
Total dos empréstimos e créditos sobre instituições de crédito (*)	13 327 951	12 148 990
<i>(*) incluindo empresas associadas</i>	<i>13 136 542</i>	<i>12 040 493</i>

As empresas associadas correspondem essencialmente às operações de refinanciamento das sucursais.

Decomposição por duração residual	12/2016	12/2015
Inferior a 3 meses	6 178 030	5 345 809
De 3 a 12 meses	2 122 285	2 704 737
De 1 a 5 anos	5 025 836	4 096 644
Superior a 5 anos	1 800	1 800
Total dos empréstimos e créditos sobre instituições de crédito	13 327 951	12 148 990

Decomposição por zona geográfica de implantação	12/2016	12/2015
França	10 927 861	10 926 107
União Europeia (excepto França)	2 386 459	1 212 521
Resto do mundo	13 631	10 362
Total dos empréstimos e créditos sobre instituições de crédito	13 327 951	12 148 990

Nota 4 : Operações com clientes

(Em milhares de euros)

Decomposição por natureza	12/2016	12/2015
Créditos são a clientes	9 134 604	6 427 062
Créditos afectados não titulados	5 255 363	3 843 207
Créditos de financiamento de rede	3 950 594	2 638 430
Créditos associados a contratos são	8 887	6 781
Imparidade de créditos em incumprimento	(80 240)	(61 356)
Créditos de cobrança duvidosa	42 124	99 708
Créditos associados a contratos de cobrança duvidosa	4 528	5 311
Créditos sobre contratos de cobrança duvidosa	63 820	130 018
Imparidade de contratos de cobrança duvidosa	(29 188)	(38 534)
Créditos associados a contratos incobráveis	793	840
Créditos sobre contratos incobráveis	48 050	66 128
Imparidade de contratos incobráveis	(45 879)	(64 055)
Créditos diversos	4 060 739	3 048 810
Créditos comerciais	149 008	144 877
Empréstimos a clientes financeiros	35 341	31 479
Outros créditos a clientes	3 846 980	2 838 325
Valores não imputados	7 647	12 705
Créditos associados a financiamentos diversos	20 706	19 701
Créditos duvidosos sobre financiamentos diversos	1 057	1 723
Contas ordinárias	209 730	189 846
Contas ordinárias são	180 352	189 582
Créditos associados a contas ordinárias são	29 378	161
Contas ordinárias de cobrança duvidosa		103
Diferimentos	48 033	(22 727)
Diferimento de bonificações recebidas	(220 477)	(187 959)
Diferimento de despesas de processo recebidas	(70 499)	(54 507)
Diferimento de comissões pagas	277 037	183 418
Diferimento de outras despesas pagas	61 972	36 321
Total líquido de créditos sobre clientes (*)	13 495 230	9 742 699
<i>(*) incluindo empresas associadas</i>	<i>4 018 937</i>	<i>3 003 009</i>

Decomposição por duração residual	12/2016	12/2015
Inferior a 3 meses	4 182 416	3 436 271
De 3 a 12 meses	4 449 569	3 632 443
De 1 a 5 anos	4 510 023	2 545 141
Superior a 5 anos	353 222	128 844
Total líquido de créditos sobre clientes	13 495 230	9 742 699

Decomposição por zona geográfica de implantação	12/2016	12/2015
França	3 866 474	2 871 125
União Europeia (excepto França)	9 538 605	6 831 681
Resto do mundo	90 151	39 893
Total líquido de créditos sobre clientes	13 495 230	9 742 699

Decomposição por sector de actividade	12/2016	12/2015
Financiamento de clientes	5 314 924	3 832 803
Valor bruto dos créditos	5 376 602	3 910 081
Imparidade de créditos	(61 678)	(77 278)
Financiamento de redes	3 909 837	2 671 239
Valor bruto dos créditos	4 003 466	2 757 906
Imparidade de créditos	(93 629)	(86 667)
Outras actividades	4 270 469	3 238 657
Valor bruto dos créditos	4 270 469	3 238 657
Imparidade de créditos		
Total líquido de créditos sobre clientes	13 495 230	9 742 699

Nota 5 : Obrigações e outros títulos de rendimento fixo

(Em milhares de euros)

Decomposição por natureza	12/2016	12/2015
Títulos de investimento	5 652 593	4 952 751
Títulos de rendimento fixo	5 635 172	4 936 419
Créditos associados a títulos de colocação de rendimento fixo	17 571	16 332
Imparidade de títulos de rendimento fixo	(150)	
Total das obrigações e outros títulos de rendimento fixo (*)	5 652 593	4 952 751
<i>(*) incluindo títulos cotados</i>	<i>4 762 570</i>	<i>4 103 375</i>

Decomposição por duração residual	12/2016	12/2015
Inferior a 3 meses	1 500 489	1 481 212
De 3 a 12 meses	1 312 652	1 054 219
De 1 a 5 anos	2 654 270	2 270 238
Superior a 5 anos	185 182	147 082
Total das obrigações e outros títulos de rendimento fixo	5 652 593	4 952 751

O valor do mercado dos títulos de investimento é de 5.773 milhões € em 2016 contra 5.002 milhões € em 2015. A mais-valia potencial ascende a 113 milhões € em 2016 (depois de considerada a subavaliação) contra uma mais-valia potencial de 66 milhões € em 2015.

Detalhe dos títulos de investimento adquiridos no âmbito de operações de titularização:

Entidades cedentes	DIAC SA	DIAC SA	DIAC SA	Succursale Italienne	Succursale Allemande	Succursale Allemande	Succursale Allemagne	Succursale Allemande	Succursale Allemande
Data de início	mai-12	juillet-13	octobre-14	juillet-15	février-11	mars-14	décembre-13	décembre-14	mai-16
Veículos de emissão	Cars Alliance Auto Loans France FCT Master	FCT Cars Alliance DFP France	Cars Alliance Auto Loans France V2014-1	Cars Alliance Auto Loans Italy SPV	Cars Alliance Auto Leases Germany FCT	Cars Alliance Auto Loans Germany Master	Cars Alliance Auto Loans Germany V2013-1	Cars Alliance DFP Germany 2014	Cars Alliance Auto Loans Germany V 2016-1
Natureza de créditos cedidos	Crédits automobiles à la clientèle	Créances concessionnaires indépendants	Crédits automobiles à la clientèle	Crédits automobiles à la clientèle	Contrats de leasing à la clientèle	Crédits automobiles à la clientèle	Crédits automobiles à la clientèle	Créances sur le réseau	Crédits automobiles à la clientèle
Montante (em milhares dos títulos subscrito a 31-12-16)	Class A Notation AAA 1 150 000	Class A Notation AAA 750 000	Class A Notation AAA 376	Class A Notation AAA 955 000		Class A Notation AAA 1 445 900	Class A Notation AAA 263		Class A Notation AAA 200 000
				Class B Non notées 291 500	Class B Non notées 147 082	Class B Non notées 125 300	Class B Notation A 56 800	Class B Non notées 149 600	
Montante (em milhares dos títulos subscrito a 31-12-16)							Class C Non notées 52 300		
									Class C, S, T Non notées 38 100

Nota 6 : Outros títulos detidos a longo prazo

(Em milhares de euros)

Decomposição por natureza	12/2016	12/2015
Valores brutos dos títulos	212	212
Outros títulos detidos a longo prazo	212	212
Imparidade de títulos	(211)	(211)
Imparidade de outros títulos detidos a longo prazo	(211)	(211)
Total das participações e outros títulos detidos a longo prazo (*)	1	1

(*) incluindo títulos cotados

Nota 7 : Participações e participações em empresas associadas

(Em milhares de euros)

Decomposição por natureza	12/2016	12/2015
Participações em empresas associadas	917 198	924 484
Títulos de participação	12 243	11 426
Imparidade de participações em empresas associadas	(13 310)	(12 700)
Total das participações em empresas associadas (*)	916 131	923 210

(*) incluindo títulos cotados

Variação das participações em empresas associadas e de outras participações

(Em milhares de euros)

Variação do período	Base	Provisões
Saldo no início do período	935 910	(12 700)
Bulb Software - Acquisition	816	
RCI Colombia - Création	18 169	(610)
RCI Banco do Brasil - Fusion avec CFIR do Brasil	133 700	
RCI Gest IFIC AS - Fusion et apport partiel d'actif à la succursale portugaise	(18 661)	
Companhia de CFI Renault do Brasil - Fusion avec CAMR do Brasil	(154 962)	
ORFIN Finansman Anonim Sirketi - Augmentation de capital	8 384	
Nissan Renault Financial Services India Private limited - Augmentation de capital	6 034	
RCICOM SA - Création	50	
Outros movimentos	1	
Saldo no fecho do período	929 441	(13 310)

Nota 8 : Leasing e aluguer com opção de compra

(Em milhares de euros)

Decomposição por natureza	12/2016	12/2015
Activos fixos brutos	1 790 949	1 297 724
Amortizações	(710 091)	(581 050)
Rendas vencidas	3 205	1 819
Imparidade de créditos em incumprimento	(2 882)	(455)
Créditos associados	162	140
Rendas de cobrança duvidosa	4 715	3 355
Imparidade de rendas de cobrança duvidosa	(3 271)	(2 535)
Rendas incobráveis	10 829	10 434
Imparidade de rendas incobráveis	(10 277)	(10 012)
Diferimento de bonificações recebidas	(33 872)	(28 996)
Diferimento de despesas de processo recebidas	(6 922)	(4 799)
Diferimento de comissões pagas	13 534	7 024
Diferimento de outras despesas pagas	8 991	12 372
Total das operações de leasing e locação com opção de compra (*)	1 065 070	705 021
<i>(*) incluindo empresas associadas</i>	<i>(26 660)</i>	<i>(24 424)</i>

Todas estas operações são realizadas a partir da União Europeia (excepto França)

Nota 9 : Aluguer simples

(Em milhares de euros)

Decomposição por natureza	12/2016	12/2015
Activos fixos brutos	120 064	85 399
Amortizações	(19 803)	(13 341)
Rendas vencidas	117	93
Imparidade de créditos em incumprimento	(259)	(205)
Rendas de cobrança duvidosa	56	27
Imparidade de rendas de cobrança duvidosa	(41)	(26)
Rendas incobráveis	234	495
Imparidade de rendas incobráveis	(187)	(463)
Diferimento de comissões pagas	162	119
Total das operações de aluguer simples (*)	100 343	72 098
<i>(*) incluindo empresas associadas</i>	<i>80 284</i>	<i>56 470</i>

Todas estas operações são realizadas a partir da União Europeia (excepto França)

Nota 10 : Activos intangíveis

(Em milhares de euros)

Decomposição por natureza	12/2016	12/2015
Valor bruto dos activos intangíveis	9 252	8 557
Concessões, patentes e direitos similares	9 205	8 510
Outros activos intangíveis	47	47
Amortizações de activos intangíveis	(8 496)	(8 360)
Amortizações de concessões, patentes e direitos similares	(8 468)	(8 351)
Amortizações de outros activos intangíveis	(28)	(9)
Total de activos intangíveis	756	197

Nota 11 : Activos tangíveis

(Em milhares de euros)

Decomposição por natureza	12/2016	12/2015
Valor bruto dos activos tangíveis	27 814	27 066
Construções	284	294
Equipamentos de transporte	2 504	2 471
Mobiliário e equipamentos administrativos	5 429	5 011
Mobiliário e equipamentos informáticos	12 052	11 915
Outros activos tangíveis	7 545	7 375
Amortizações de activos tangíveis	(23 746)	(23 550)
Amortizações de construções	(280)	(288)
Amortizações de equipamentos de transporte	(370)	(346)
Amortizações de mobiliário e equipamentos administrativos	(4 726)	(4 748)
Amortizações de mobiliário e equipamentos informáticos	(11 497)	(11 353)
Amortizações de outros activos tangíveis	(6 873)	(6 815)
Total dos activos tangíveis	4 068	3 516

Nota 12 : Outros activos

(Em milhares de euros)

Decomposição por natureza	12/2016	12/2015
Estado	62 969	31 929
Créditos sociais	158	113
Devedores diversos	113 181	42 310
Créditos associados a devedores diversos	2 843	2 740
Total de outros activos	179 151	77 092

Nota 13 : Contas de regularização

(Em milhares de euros)

Decomposição por natureza	12/2016	12/2015
Custos a repartir por despesas e prémios de emissão de empréstimos	36 021	32 566
Acréscimo de custos	691	1 066
Proveitos a receber sobre swaps e IFTs	36 000	53 753
Outros proveitos a receber	28 655	27 528
Contas de regularização cambial	100 304	186 156
Valores no encaixe	99 604	66 447
Total das contas de regularização	301 275	367 516

A contrapartida dos proveitos e encargos resultante da conversão das operações cambiais à vista e a prazo registadas em rubricas não patrimoniais consta do balanço em "Contas de regularização cambial". A conversão foi feita no âmbito do fecho de contas.

Nota 14 : Dívidas a instituições de crédito

(Em milhares de euros)

Decomposição por natureza	12/2016	12/2015
Dívidas a instituições de crédito	159 100	58 736
Contas ordinárias credoras	159 100	58 736
Créditos a prazo sobre instituições de crédito	5 403 411	4 657 780
Contas e empréstimos a prazo	5 400 140	4 655 404
Dívidas associadas	3 271	2 376
Total das dívidas a instituições de crédito (*)	5 562 511	4 716 516
<i>(*) incluindo empresas associadas</i>	<i>3 284 192</i>	<i>2 975 475</i>

Decomposição por duração residual	12/2016	12/2015
Inferior a 3 meses	997 261	488 822
De 3 a 12 meses	494 718	496 516
De 1 a 5 anos	4 070 532	3 731 178
Superior a 5 anos		
Total das dívidas a instituições de crédito	5 562 511	4 716 516

Decomposição por zona geográfica de implantação	12/2016	12/2015
França	5 414 564	4 550 270
União Europeia (excepto França)	97 876	166 246
Resto do mundo	50 071	
Total das dívidas a instituições de crédito	5 562 511	4 716 516

O saldo do financiamento concedido pelo Banco de França por contrapartida dos créditos e títulos mobilizados ascende a 2.000 milhões € em 31 de dezembro de 2016 contra 1.500 milhões € em 31 de dezembro de 2015.

Nota 15 : Operações com clientes

(Em milhares de euros)

Decomposição por natureza	12/2016	12/2015
Dívidas à vista em operações com clientes	9 255 277	7 658 419
Contas ordinárias credoras	216 017	300 127
Depósitos a prazo	9 009 605	7 330 217
Adiantamentos e outros montantes a débito	9 385	16 510
Dívidas associadas	20 270	11 565
Dívidas a prazo em operações com clientes	4 435 491	3 735 356
Contas ordinárias credoras a prazo	4 429 205	3 733 383
Dívidas associadas	6 286	1 973
Total das operações com clientes (*)	13 690 768	11 393 775
<i>(*) incluindo empresas associadas</i>	<i>1 002 981</i>	<i>1 029 187</i>

Decomposição por duração residual	12/2016	12/2015
Inferior a 3 meses	9 978 340	7 835 568
De 3 a 12 meses	1 369 661	982 419
De 1 a 5 anos	1 792 767	2 025 788
Superior a 5 anos	550 000	550 000
Total das operações com clientes	13 690 768	11 393 775

Decomposição por zona geográfica de implantação	12/2016	12/2015
França	2 189 205	2 308 385
União Europeia (excepto França)	11 473 929	9 056 102
Resto do mundo	27 634	29 288
Total das operações com clientes	13 690 768	11 393 775

Nota 16 : Dívidas tituladas

(Em milhares de euros)

Decomposição por natureza	12/2016	12/2015
Dívidas tituladas	13 924 964	12 381 261
Empréstimos obrigacionistas	12 533 597	11 087 632
Títulos de créditos negociáveis	1 391 367	1 293 629
Dívidas associadas a dívidas tituladas	85 159	142 039
Empréstimos obrigacionistas	85 158	141 941
Títulos de créditos negociáveis	1	98
Total de dívidas tituladas	14 010 123	12 523 300

Decomposição por duração residual	12/2016	12/2015
Inferior a 3 meses	1 795 081	2 553 634
De 3 a 12 meses	2 318 440	1 742 423
De 1 a 5 anos	7 796 602	6 977 243
Superior a 5 anos	2 100 000	1 250 000
Total de dívidas tituladas	14 010 123	12 523 300

Todas estas operações são realizadas a partir de França

Nota 17 : Outros rubricas de passivo

(Em milhares de euros)

Decomposição por natureza	12/2016	12/2015
Estado	51 495	25 000
Dívidas relativas a operações com títulos	11 218	
Dívidas sociais	8 170	7 142
Credores diversos	151 068	129 327
Dívidas associadas a credores diversos	138 716	122 384
Depósitos de garantia recebidos em operações de leasing e similares	4 263	25 548
Total de outros passivos	364 930	309 401

Nota 18 : Contas de regularização

(Em milhares de euros)

Decomposição por natureza	12/2016	12/2015
Proveitos a repartir por prémios de emissão de empréstimos	545	2 445
Acréscimo de proveitos em operações de leasing e similares	25 901	337
Acréscimo de proveitos em operações com clientes	144 112	75 417
Outros proveitos acrescidos	2 369	1 313
Contas de ajustamento cambial	1	
Custos a pagar em swaps e IFTs	13 040	8 790
Outras contas de regularização passivas	30 588	26 719
Total das contas de regularização	216 556	115 021

Nota 19 : Provisões

(Em milhares de euros)

Decomposição por natureza	12/2015	Aumentos	Reduções/Reversões		Outras variações (*)	12/2016
			Utilizadas	Não utilizadas		
Imparidade de operações bancárias	42 014	24 977	(385)	(3 074)		63 532
Litígios com clientes	850	560	(385)			1 025
Riscos de país	41 164	24 417		(3 074)		62 507
Imparidade de operações não bancárias	23 072	16 998	(6 885)	(1 584)	8	31 609
Responsabilidades com reformas	3 583	377	(628)		(2)	3 330
Planos sociais e de reestruturação	974	5	(156)	(203)		620
Outros riscos e encargos	18 515	16 616	(6 101)	(1 381)	10	27 659
Total das provisões	65 086	41 975	(7 270)	(4 658)	8	95 141

(*) Outras variações = Reclassificações e efeitos de variações cambiais

Nenhum dos litígios conhecidos em que está envolvida a empresa deverá implicar perdas significativas que não tenham sido devidamente provisionadas.

Nota 19.1 : Imparidade de responsabilidades com reformas e equivalentes

(Em milhares de euros)

Decomposição por natureza	Valor actuarial dos compromissos	Valor actuarial dos fundos investidos	Compromissos líquidos dos fundos	Diferenças actuariais	Provisão no Balanço
Saldo em 31 Dezembro de 2008	3 482	0	3 482	(104)	3 378
Custos líquidos do exercício de 2009	404		404		404
Prestações e contribuições pagas	(199)		(199)		(199)
Diferenças actuariais	(27)		(27)	27	
Saldo em 31 Dezembro de 2009	3 660	0	3 660	(77)	3 583
Custos líquidos do exercício de 2010	376		376		376
Prestações e contribuições pagas	(629)		(629)		(629)
Diferenças actuariais	4		4	(4)	
Saldo em 31 Dezembro de 2010	3 411	0	3 411	(81)	3 330

Principais hipóteses actuariais consideradas	12/2016	12/2015
Idade de reforma	68 ans	62 ans
Evolução dos salários	1,50%	1,50%
Taxa de actualização financeira	0,74%	1,02%
Taxa de saída dos trabalhadores da empresa	1,48%	5,88%

As responsabilidades relativas a reformas respeitam apenas à sucursal italiana.

Nota 19.2 : Provisões constituídas para cobertura de um risco de contraparte (Em milhares de euros)

Decomposição por natureza	12/2015	Aumentos	duções/Reversões	Outras variações (*)	12/2016
Imparidade	190 552	44 885	(48 643)	(899)	185 895
Operações com clientes	177 641	44 125	(48 643)	(899)	172 224
Operações com títulos	12 911	760			13 671
Imparidade de operações bancárias	42 014	24 977	(3 459)		63 532
Litígios com clientes	850	560	(385)		1 025
Riscos de país	41 164	24 417	(3 074)		62 507
Total	232 566	69 862	(52 102)	(899)	249 427

(*) Outras variações = Reclassificações e efeitos de variações cambiais

Nota 20 : Capitais Próprios (Em milhares de euros)

Decomposição por natureza	12/2015	Aplicação de resultados 2016	Varição 2016	12/2016
Capital subscrito	100 000			100 000
Prémios de emissão e de fusão	258 807			258 807
Reserva legal	10 000			10 000
Outras reservas	9 614			9 614
Diferenças de reavaliação	76			76
Resultados transitados	1 410 200	307 830		1 718 030
Resultado do exercício	307 830	(307 830)	380 135	380 135
Total dos capitais próprios	2 096 527		380 135	2 476 662

O capital social da empresa é representado por 1.000.000 de ações, das quais 999.994 detidas pela Renault SAS.

O resultado líquido por ação, assim como o resultado diluído por ação, ascende a 380,13 € em 31 de dezembro de 2016 contra 307,83 € no ano anterior.

2016

Resultado transitado 31/12/2016	1 718 030
Resultado do exercício	380 135
	2 098 165
Resultado transitado	2 098 165

Nota 21 : Compromissos assumidos

(Em milhares de euros)

Decomposição por natureza	12/2016	12/2015
Compromissos de financiamento	660 921	1 521 528
Abertura de créditos confirmados em favor de instituições de crédito		1 000 000
Abertura de créditos confirmados em favor de clientes	645 421	519 528
Outros compromissos assumidos perante estabelecimentos de clientes	15 500	2 000
Garantias prestadas	638 325	543 747
Cauções, avais e outras garantias à ordem de instituições de crédito	343 366	329 329
Cauções, avais e outras garantias à ordem de clientes	294 959	214 418
Compromissos sobre títulos	2 200	2 200
Títulos a entregar a prazo	2 200	2 200
Outros compromissos assumidos	5 460 092	4 655 318
Valores dados em garantia	5 460 092	4 655 318
Total dos compromissos assumidos (*)	6 761 538	6 722 793
<i>(*) incluindo empresas associadas</i>	<i>312 491</i>	<i>1 230 357</i>

Os Outros compromissos assumidos correspondem principalmente aos créditos e títulos dados em garantia ao Banco Central para a obtenção do financiamento associado à mobilização.

Nota 22 : Compromissos recebidos

(Em milhares de euros)

Decomposição por natureza	12/2016	12/2015
Compromissos de financiamento	6 721 406	6 502 746
Abertura de créditos confirmados recebidos de instituições de crédito	6 721 406	6 497 946
Outros compromissos recebidos de instituições de crédito		4 800
Garantias recebidas	2 659 720	2 310 220
Cauções, avais e outras garantias recebidas de instituições de crédito	138 477	96 069
Cauções, avais e outras garantias recebidas de clientes	981 244	975 188
Fianças e outras seguranças reais recebidas de clientela	449 991	378 713
Compromissos de retoma de veículos locados	1 090 008	860 250
Total dos compromissos recebidos (*)	9 381 126	8 812 966
<i>(*) incluindo empresas associadas</i>	<i>696 066</i>	<i>643 988</i>

Foi registado no exercício de 2016 um compromisso de financiamento recebido do Banco Central Europeu no valor de 4.627 milhões € contra 3.905 milhões € em 2015.

Nota 23 : Instrumentos financeiros a prazo e câmbios à vista

(Em milhares de euros)

Decomposição por natureza	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Book value 12/16	Fair value 12/16
Cobertura do risco cambial					
<u>Swap de divisas</u>					
Compras (empréstimo) de swaps de divisas	262 513	662 274		924 787	952 270
Vendas (empréstimo) de swaps de divisas	262 513	766 036		1 028 549	1 162 028
<u>Operações cambiais a prazo</u>					
Compras cambiais a prazo	1 549 772			1 549 772	1 581 877
Vendas cambiais a prazo	1 553 147			1 553 147	1 554 635
<u>Operações cambiais à vista</u>					
Compras cambiais à vista	10 060			10 060	10 060
Vendas cambiais à vista	5 440			5 440	5 440
<u>Operações em divisas</u>					
Divisas emprestadas ainda não entregues	23 360			23 360	23 360
Cobertura do risco de taxas					
<u>Swap de taxas</u>					
Compras (empréstimo) de swaps de taxas	7 086 369	5 200 777	1 650 000	13 937 146	12 664 485
Vendas (empréstimo) de swaps de taxas	6 794 374	5 492 772	1 650 000	13 937 146	12 721 891

Decomposição por natureza	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Book value 12/15	Fair value 12/15
Cobertura do risco cambial					
<u>Swap de divisas</u>					
Compras (empréstimo) de swaps de divisas	584 317	644 369		1 228 686	1 268 269
Vendas (empréstimo) de swaps de divisas	670 689	729 758		1 400 447	1 618 812
<u>Operações cambiais a prazo</u>					
Compras cambiais a prazo	2 213 884			2 213 884	2 233 856
Vendas cambiais a prazo	2 206 582			2 206 582	2 216 273
<u>Operações cambiais à vista</u>					
Compras cambiais à vista	20 792			20 792	20 792
Vendas cambiais à vista	20 142			20 142	20 142
Cobertura do risco de taxas					
<u>Swap de taxas</u>					
Compras (empréstimo) de swaps de taxas	3 334 037	6 029 773	900 000	10 263 810	9 327 877
Vendas (empréstimo) de swaps de taxas	3 334 037	6 029 773	900 000	10 263 810	9 403 100

Nota 24 : Activos e passivos em divisas

(Em milhares de euros)

Decomposição por natureza	12/2016	12/2015
Contravalor em euros dos activos em divisas	6 191 350	5 479 077
Contravalor em euros dos passivos em divisas	5 501 660	4 723 690

Nota 25 : Juros e proveitos similares

(Em milhares de euros)

Decomposição por natureza	12/2016	12/2015
Juros e proveitos em operações com instituições de crédito	249 430	269 291
Juros e proveitos em operações com clientes	564 664	518 835
Juros e proveitos em obrigações e outros títulos de rendimento fixo	193 424	195 833
Juros e proveitos noutras operações	2 040	2 117
Total de juros e proveitos similares	1 009 558	986 076

Nota 26 : Juros e custos similares

(Em milhares de euros)

Decomposição por natureza	12/2016	12/2015
Juros e custos em operações com instituições de crédito	(97 541)	(93 038)
Juros e custos em operações com clientes	(411 182)	(354 324)
Juros e custos em obrigações e outros títulos de rendimento fixo	(212 203)	(310 056)
Juros e custos em dívidas subordinadas		(669)
Total de juros e custos similares	(720 926)	(758 087)

Nota 27 : Resultado sobre operações de locação e assimiladas

(Em milhares de euros)

Decomposição por natureza	12/2016	12/2015
Proveitos de operações de leasing e similares	462 890	389 424
Rendas	400 096	368 528
Juros de mora	2 854	3 334
Mais-valias na cessão de activos fixos	59 851	17 801
Perdas em créditos incobráveis (parte de juros)	(131)	(181)
Redução de provisões	815	690
Aumento de provisões	(595)	(748)
Despesas com operações de leasing e similares	(401 427)	(327 233)
Aumento de amortizações	(366 678)	(302 122)
Diferimento de comissões e outras despesas pagas	(16 036)	(10 608)
Menos-valias na cessão de activos fixos	(18 713)	(14 503)
Total de operações de leasing e similares	61 463	62 191

Nota 28 : 0

(Em milhares de euros)

Decomposição por natureza	12/2016	12/2015
Proveitos de operações de locação simples	17 146	11 973
Rendas	16 571	11 664
Mais-valias na cessão de activos fixos	575	309
Despesas com operações de locação simples	(10 357)	(6 853)
Aumento de amortizações	(9 239)	(6 186)
Diferimento de comissões e outras despesas pagas	(442)	(213)
Menos-valias na cessão de activos fixos	(676)	(454)
Total de operações de aluguer simples	6 789	5 120

Nota 29 : Rendimentos de títulos de rendimento variável

(Em milhares de euros)

Decomposição por natureza	12/2016	12/2015
Rendimentos da carteira de investimento	125 257	87 137
Rendimentos de participações em empresas associadas	211 478	225 451
Total dos rendimentos de títulos de rendimento variável	336 735	312 588

Nota 30 : Commissions

(Em milhares de euros)

Decomposição por natureza	12/2016	12/2015
Comissões (Proveitos)	34 602	29 731
Comissões de clientes	8 886	7 258
Comissões em títulos	78	66
Outras comissões	25 638	22 407
Comissões (Custos)	(21 481)	(20 626)
Comissões de instituições de crédito	(302)	(292)
Comissões de clientes	(1 004)	(2 041)
Comissões em títulos	(318)	(509)
Outras comissões	(19 857)	(17 784)
Total de comissões (*)	13 121	9 105

(*) incluindo empresas associadas

4 228 2 783

Nota 31 : Lucros ou perdas sobre op. das carteiras de colocação e negociação

(Em milhares de euros)

Decomposição por natureza	12/2016	12/2015
Ganhos e perdas em operações de carteiras de negociação	223	(945)
Operações cambiais	223	(945)
Ganhos e perdas em operações de carteiras de investimento e similares	(7)	586
Ganhos e perdas em operações de carteiras de investimento e similares	143	586
Aumento de provisões	(150)	(61)
Redução de provisões		61
Total de ganhos e perdas em operações financeiras	216	(359)

Nota 32 : Outros proveitos operacionais

(Em milhares de euros)

Decomposição por natureza	12/2016	12/2015
Outros proveitos de exploração bancária	109 580	65 903
Transferências de custos (nomeada/ indemn. recebidas por sinistros de veículos)	2 055	2 373
Operações conjuntas	8 886	8 129
Outros proveitos de exploração bancária	98 639	55 401
Outros proveitos de exploração não bancária	5 731	4 514
Proveitos de prestações de actividades de serviço	946	790
Operações conjuntas	346	84
Outros proveitos de exploração não bancária	4 439	3 640
Total de outros proveitos operacionais	115 311	70 417

Nota 33 : Outros custos operacionais

(Em milhares de euros)

Decomposição por natureza	12/2016	12/2015
Outros custos de exploração bancária	1 040	(4 723)
Outros custos de exploração bancária	(3 429)	(12 773)
Variação de Imparidade de riscos e custos de exploração bancária	4 469	8 050
Outros custos de exploração não bancária	(3 951)	(2 107)
Custos de prestações de actividades de serviço	(233)	(114)
Outros custos de exploração não bancária	(1 713)	(1 114)
Variação de Imparidade de riscos e custos de exploração não bancária	(2 005)	(879)
Total de outros custos operacionais	(2 911)	(6 830)

Nota 34 : Custos gerais de exploração

(Em milhares de euros)

Decomposição por natureza	12/2016	12/2015
Despesas com pessoal	(103 621)	(101 749)
Salários e remunerações	(53 079)	(49 994)
Encargos sociais com reformas	(2 691)	(4 998)
Outros encargos sociais	(12 560)	(12 502)
Refacturação de despesas com pessoal	(34 289)	(34 912)
Outras despesas com pessoal	(1 002)	657
Outras despesas administrativas	(136 424)	(107 748)
Impostos e taxas	(27 433)	(17 910)
Trabalhos, fornecimentos e serviços externos	(76 316)	(58 816)
Comissões não diferidas pagas à rede comercial	(35 055)	(28 645)
Variação das Imparidade de outras despesas administrativas	(11)	619
Refacturação das despesas administrativas	2 391	(2 996)
Total de outros custos operacionais gerais (*)	(240 045)	(209 497)
<i>(*) incluindo honorários do revisor oficial de contas</i>	<i>(927)</i>	<i>(835)</i>

Efectivo médio	12/2016	12/2015
França		
União Europeia (excepto França)	844	854
Resto do mundo	14	13
Total	858	867

Os órgãos de administração e de direcção não são remunerados pelos respetivos cargos.

Nota 35 : Custo do risco por categoria de cliente

(Em milhares de euros)

Decomposição por natureza	12/2016	12/2015
Custo do risco de operações de leasing	(2 745)	(5 840)
Aumento de provisões	(14 820)	(3 814)
Redução de provisões	11 238	2 914
Créditos abandonados	(5 757)	(6 383)
Recuperação de créditos amortizados	6 594	1 443
Custo do risco de operações de crédito	(33 253)	(50 854)
Aumento de provisões	(41 067)	(46 431)
Redução de provisões	46 560	62 652
Créditos abandonados	(45 845)	(90 068)
Recuperação de créditos amortizados	7 099	22 993
Custo do risco de outras operações	(21 518)	(9 431)
Aumento de provisões	(24 977)	(14 367)
Redução de provisões	3 459	4 936
Total do custo do risco	(57 516)	(66 125)

Nota 36 : Ganhos ou perdas líquidas com activos fixos

(Em milhares de euros)

Decomposição por natureza	12/2016	12/2015
Ganhos e perdas em activos financeiros	(25 849)	510
Ganhos e perdas em activos tangíveis	(12)	(1)
Total dos ganhos e perdas em activos fixos	(25 861)	509

Nota 37 : Imposto sobre os lucros

O encargo com imposto corrente é igual aos montantes dos impostos sobre os lucros devidos às administrações fiscais por conta do exercício, de acordo com as regras e taxas de tributação em vigor nos diversos países.

As sucursais são tributadas nos respetivos países de atividade.

No que se refere às atividades em França, o RCI Banque está incluído no perímetro da integração fiscal da RENAULT SAS. Nestes termos, os seus resultados fiscais são integrados nos da sociedade-mãe, à qual paga o respetivo imposto sobre os rendimentos das pessoas coletivas. Aplica-se o princípio de que o encargo fiscal do RCI Banque é idêntico ao que a sociedade teria suportado se não fosse membro do Grupo.

Nota 38 : Resultado por sectores de actividade

(Em milhares de euros)

Decomposição por natureza e por zona geográfica de implantação	França	UE (excepto França)	Resto do mundo	Total12/16
Financiamento de Clientes				
Produto líquido bancário		359 734	(770)	358 964
Resultado operacional bruto		215 179	(770)	214 409
Resultado operacional		188 185	(770)	187 415
Resultado corrente antes de impostos		188 176	(770)	187 406
Financiamento de Redes				
Produto líquido bancário		95 179	16 981	112 160
Resultado operacional bruto		78 800	13 880	92 680
Resultado operacional		71 542	11 959	83 501
Resultado corrente antes de impostos		71 539	11 959	83 498
Outras actividades				
Produto líquido bancário	348 232			348 232
Resultado operacional bruto	270 918			270 918
Resultado operacional	249 575			249 575
Resultado corrente antes de impostos	223 726			223 726
Todas as actividades				
Produto líquido bancário	348 232	454 913	16 211	819 356
Resultado operacional bruto	270 918	293 979	13 110	578 007
Resultado operacional	249 575	259 727	11 189	520 491
Resultado corrente antes de impostos	223 726	259 715	11 189	494 630

Decomposição por natureza e por zona geográfica de implantação	França	UE (excepto França)	Resto do mundo	Total12/15
Financiamento de Clientes				
Produto líquido bancário		269 519		269 519
Resultado operacional bruto		144 309		144 309
Resultado operacional		93 909		93 909
Resultado corrente antes de impostos		93 908		93 908
Financiamento de Redes				
Produto líquido bancário		63 955	14 803	78 758
Resultado operacional bruto		48 380	12 849	61 229
Resultado operacional		42 739	12 121	54 860
Resultado corrente antes de impostos		42 739	12 121	54 860
Outras actividades				
Produto líquido bancário	331 944			331 944
Resultado operacional bruto	263 952			263 952
Resultado operacional	254 596			254 596
Resultado corrente antes de impostos	255 106			255 106
Todas as actividades				
Produto líquido bancário	331 944	333 474	14 803	680 221
Resultado operacional bruto	263 952	192 689	12 849	469 490
Resultado operacional	254 596	136 648	12 121	403 365
Resultado corrente antes de impostos	255 106	136 647	12 121	403 874

MAPA DAS FILIAIS E DAS EMPRESAS PARTICIPADAS

Lista das participações com valor superior a 1% do capital da sociedade (em milhares EUR e referencial IFRS)	País	Capital social	Capitais próprios (excepto capital social)	% de participação	Resultado líquido do último exercício
Filiais detidas a + de 50%					
RCI Mobility	France	3 300		100,00%	0
RCI Colombia	Colombie	59 910		51,00%	
Overlease Espagne	Espagne	6 000	1 411	100,00%	1 700
RCI Financial Services BV	Pays-Bas	1 500	4 204	100,00%	6 899
RCI Finance SA	Suisse	3 725	47 097	100,00%	10 433
Courtage SA	Argentine	2	(102)	95,00%	5 433
RCI Financial Services Limited	GB	124 273	136 240	100,00%	50 989
RCI Leasing Romania SLR	Roumanie	993	748	100,00%	764
Renault Crédit RT	Hongrie	258	2 511	100,00%	836
RCI Finance SA	Maroc	27 168	24 243	100,00%	6 153
RCI Finance CZ SRO	R. Tchèque	5 626	5 294	100,00%	1 400
RCI Koréa Co. Ltd	Corée	59 479	209 849	100,00%	28 098
RCI Banco do Brasil	Brésil	287 196	59 122	60,11%	47 264
Rombo Compania Financiera	Argentine	3 591	37 084	60,00%	12 086
Diac	France	61 000	405 597	100,00%	175 663
Renault Autofin SA	Belgique	800	37 511	100,00%	5 676
RCI Financial Services SA	Belgique	1 100	881	100,00%	(192)
Renault Crédit Polska	Pologne	15 759	2 539	100,00%	2 970
Renault leasing CZ SRO	R. Tchèque	2 591	19 562	50,00%	4 459
Administradora de Consorcio Renault do Brasil	Brésil	2 120	448	99,92%	501
RCI Services Ltd Malte	Malte	10 000	(74 127)	100,00%	74 538
Renault Nissan Finance RUS LLC	Russie	544	571	100,00%	240
RCI Usluge d.o.o	Croatie	1 561		100,00%	767
RN SF B.V.	Pays-Bas	117 018	(42 252)	50,00%	7 867
Participações entre 10% e 50%					
ORFIN Finansman Anonim Sirketi	Turquie	41 811	4 548	50,00%	4 499
Nissan Renault Financial Services India Private limited	Inde	99 171	16	30,00%	2 580

Informações globais sobre todas as filiais e participações (milhares EUR)	Filiais		Participações		Outras sociedades	
	Francesas	Estrangeiras	Francesas	Estrangeiras	Francesas	Estrangeiras
Valor contabilístico bruto dos títulos detidos	173 295	630 715		125 643		0
Valor contabilístico líquido dos títulos detidos	173 295	617 404		125 432		0
Empréstimos e adiantamentos concedidos pela sociedade	7 884 180	4 262 430		37 482		
Cauções e avais prestados pela sociedade		160 338				
Dividendos encaixados pela sociedade	36 060	170 701		3 642		1

KPMG S.A.

ERNST & YOUNG AUDIT

RCI Banque

Exercício findo em 31 de dezembro de 2016

**Relatório dos Revisores Oficiais de Contas sobre
as contas anuais**

KPMG S.A.
Tour EQHO
2, avenue Gambetta
CS6055
92066 Paris-La Défense Cedex

Revisor Oficial de Contratos
Membro da Companhia
regional de Versailles

ERNST & YOUNG Audit
1/2, place des Saisons
92400 Courbevoie - Paris-La Défense 1
S.A.S. com capital variável

Revisor Oficial de Contratos
Membro da Companhia
regional de Versailles

RCI Banque

Exercício findo em 31 de dezembro de 2016

Relatório dos Revisores Oficiais de Contas sobre as contas anuais

Aos Acionistas,

Nos termos do mandato que nos foi conferido pela vossa Assembleia-Geral, apresentamos o nosso relatório relativo ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2016, sobre:

- a fiscalização das contas anuais da sociedade RCI Banque, conforme anexadas ao presente relatório;
- a justificação das nossas apreciações;
- as verificações e informações específicas previstas pela lei.

As contas anuais foram preparadas pelo Conselho de Administração. A nossa responsabilidade consiste em emitir uma opinião sobre essas contas, baseada no nosso exame.

I. Opinião sobre as contas anuais

O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as normas profissionais aplicáveis em França, as quais exigem que o mesmo seja executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu a verificação, numa base de amostragem ou através de outros métodos de seleção, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras; a apreciação dos princípios contabilísticos adotados e das estimativas significativas utilizadas na preparação das contas e a apreciação da apresentação das demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Certificamos que as demonstrações financeiras apresentam, à luz das regras e princípios contabilísticos franceses, de forma verdadeira e apropriada o resultado das operações do exercício findo, assim como a posição financeira e patrimonial da sociedade no fim desse exercício.

II – Justificação das nossas apreciações

Nos termos do artigo L 823.9 do Código de Comércio francês relativo à justificação das nossas apreciações, temos a comunicar os seguintes elementos:

Estimativas contabilísticas

A vossa sociedade constitui provisões para cobrir riscos de crédito inerentes às suas atividades, conforme referido na nota 2-B do anexo.

No âmbito da nossa análise das estimativas relevantes utilizadas na elaboração das contas, procedemos à revisão dos processos implementado pela administração para identificar tais riscos, avaliá-los e determinar o respetivo nível de cobertura por imparidades no ativo do balanço.

Examinámos a análise dos riscos incorridos com base numa seleção de devedores individuais, bem como, em relação a uma seleção de carteiras avaliadas coletivamente, os dados e os parâmetros em que a vossa empresa baseou as suas estimativas.

As apreciações assim registadas integram-se no âmbito do nosso processo global de auditoria às contas anuais e contribuíram para a formação da nossa opinião expressa na primeira parte do presente relatório.

III – Verificações e informações específicas

Efetuámos ainda, de acordo com as normas profissionais aplicáveis em França, as verificações específicas previstas pela lei.

Não temos qualquer observação a formular sobre a sinceridade e a concordância com as demonstrações financeiras das informações apresentadas no relatório de gestão do Conselho de Administração e nos documentos enviados aos acionistas sobre a posição financeira e as demonstrações financeiras.

No que se refere às informações prestadas nos termos do artigo L. 225-102-1 do Código de Comércio francês, sobre as remunerações e as regalias sociais pagas aos mandatários sociais, bem como sobre as responsabilidades assumidas a favor dos mesmos, verificámos a sua concordância com as contas ou com os dados que serviram para a elaboração dessas contas e, se for caso disso, com os elementos recolhidos pela vossa sociedade junto das sociedades que dominam a vossa sociedade ou dominadas por ela. Com base nestes trabalhos, declaramos que tais informações são exatas e verdadeiras.

Nos termos da lei, assegurámo-nos de que as diversas informações relativas às tomadas de participação e de controlo vos foram devidamente comunicadas no relatório de gestão.

Paris-La Défense, 13 de fevereiro de 2017

Os Revisores Oficiais de Contas

KPMG S.A.

[Assinado: ilegível]

Valéry Foussé

ERNST & YOUNG AUDIT

[Assinado: ilegível]

Bernard Heller